



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAÍS CRISTINY CARVALHO ALMEIDA

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO:
investigação das variáveis que mantêm a mulher em um relacionamento violento

São Luís - MA

2018

THAIS CRISTINY CARVALHO ALMEIDA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO:

investigação das variáveis que mantêm a mulher em um relacionamento violento

Linha de pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Dra. Maria de Nazaré Pereira da Costa

São Luís – MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Almeida, Thaís Cristiny Carvalho.

Violência contra mulher praticada por parceiro íntimo :Investigação das variáveis que mantêm a mulher em um relacionamento violento / Thaís Cristiny Carvalho Almeida.

- 2018.

86 f.

Orientador(a): Nazaré Costa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2018.

THAIS CRISTINY CARVALHO ALMEIDA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO:

investigação das variáveis que mantêm a mulher em um relacionamento violento.

Linha de pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Dra. Maria de Nazaré Pereira da Costa

Aprovado em: ____/____/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria de Nazaré Pereira da Costa – Orientadora
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Silvia Canaan Oliveira
Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Catarina Malcher Teixeira
Universidade Federal do Maranhão

À minha família, minha maior riqueza.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por tornar tudo possível.

Aos meus pais, pelos ensinamentos diários e amor sem medidas.

Ao meu irmão por estar sempre pronto a ajudar.

Ao meu marido, por não me deixar desistir e acreditar em mim mais do que eu mesma.

À minha filha, pelas experiências mais enriquecedoras que já vivi.

Aos meus avós, por todo zelo e carinho.

Aos meus tios e primos, por me fazerem sentir especial.

À minha orientadora, pela compreensão, dedicação e comprometimento.

Aos membros da banca e ao Grupo de Pesquisa em AC, pelas contribuições e disponibilidade.

Às participantes da pesquisa, por tornarem possível a realização dessa pesquisa.

“Os principais problemas enfrentados hoje pelo mundo só poderão ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão do comportamento humano.”

Skinner

RESUMO

A violência afeta mulheres em todo o mundo, e na maioria das vezes o agressor é o próprio parceiro. Mulheres em situação de violência praticada pelo parceiro tendem a permanecer no relacionamento abusivo por anos, sofrendo graves consequências à saúde e qualidade de vida. Por isso foi objetivo deste estudo identificar as variáveis que mantêm as mulheres em um relacionamento violento. A pesquisa foi realizada com 30 mulheres que estavam na Casa-Abrigo e que prestavam queixa na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de São Luís-MA. Foram utilizados para coleta de dados uma escala do tipo Likert para identificação de forma e grau de violência contra a mulher composta por 36 itens que descreviam diferentes situações de violência e um roteiro de entrevista que envolvia questões de identificação das participantes, motivos alegados para permanecer, histórico de relacionamentos familiares e expectativa quanto ao futuro da relação. A maioria das mulheres tinha entre 18 e 44 anos de idade, ensino médio completo, em união estável por mais de cinco anos, com pelo menos um filho fruto do relacionamento e não possuía trabalho formal. Através da escala para identificar forma e grau de violência contra a mulher, notou-se que todas as participantes sofriam violência psicológica, física e sexual em médio ou alto grau. Em entrevista com perguntas abertas os principais motivos identificados para permanência das mulheres no relacionamento foram: ausência de apoio familiar e amigos (80%), dependência financeira (70%), modelo de passividade das mulheres que sofreram violência na família das entrevistadas (70%), modelos de relacionamentos violentos (56%), expectativa de mudança do comportamento do parceiro (40%) e presença de filhos no relacionamento (22%). Considera-se necessário o ensino de novos modelos de relacionamento, novos padrões de comportamento diante dos pré-aversivos que não apenas impeçam a violência de ocorrer, mas que possam encerrar o ciclo de violência. Em caráter preventivo, é necessário trabalhar com jovens a desconstrução de antigas regras sociais e o ensino de habilidades sociais conjugais. Além disso, os resultados encontrados nesta pesquisa podem contribuir para elaboração de políticas públicas voltadas para o rompimento do ciclo da violência e também para auxiliar na capacitação de profissionais, sobretudo da Psicologia, que atuam nos serviços especializados junto a essas mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Parceiro íntimo. Análise do comportamento.

ABSTRACT

Violence affects women around the world, and most often the perpetrator is the partner. Women in situations of violence practiced by the partner tend to remain in the abusive relationship for years, suffering serious consequences to health and quality of life. Therefore, it was the objective of this study to identify the variables that keep women in a violent relationship. The research was carried out with 30 women who were in the Casa Abrigo and who lodged a complaint in the Specialized Police Station in Assistance to Women of São Luís-MA. A Likert-type scale was used for data collection to identify the form and degree of violence against women composed of 36 items that described different situations of violence and an interview script that involved issues of identification of the participants, reasons alleged to remain, history of family relationships and expectations about the future of the relationship. Most women were between 18 and 44 years of age, complete high school, in stable union for more than five years, with at least one child born of the relationship and did not have formal work. Through the scale to identify form and degree of violence against women, it was noted that all participants suffered psychological, physical and sexual violence in medium or high grade. In an interview with open-ended questions, the main reasons women were identified were: lack of family support and friends (80%), financial dependency (70%), passivity model of women who suffered violence in the family of interviewees (70%), models of violent relationships (56%), expectation of change in partner behavior (40%) and presence of children in the relationship (22%). It is considered necessary to teach new models of relationships, new patterns of behavior towards pre-aversives that not only prevent violence from occurring, but which can end the cycle of violence. On a preventive basis, it is necessary to work with young people to deconstruct old social rules and the teaching of conjugal social skills. In addition, the results found in this research can contribute to the elaboration of public policies aimed at breaking the cycle of violence and also to help in the training of professionals, especially Psychology, who work in specialized services with these women.

Keywords: Violence against women. Intimate partner. Behavior Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frequência das formas e grau de violência sofrida pelas participantes.....	37
Figura 2 – Pontuação obtida pelas participantes por tipo de violência por parceiro íntimo.....	38
Figura 3 – Frequência e porcentagem da classificação da consequência dada pela parceira ao comportamento agressivo do parceiro.....	44
Figura 4 – Frequência dos sentimentos referidos após o episódio de agressão.....	44
Figura 5 – Frequência das respostas das participantes quanto à comportamentos ou situações que indicavam que iriam sofrer violência.....	45
Figura 6 – Frequência das respostas das participantes quanto à reação frente ao comportamento do parceiro que indicavam possível agressão.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise de contingência da resposta do parceiro de agredir a parceira.....	41
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de caracterização da amostra.....	33
Tabela 2 – Pontuação da Escala de identificação de forma e grau de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo.....	35
Tabela 3 – Frequência e percentual das respostas das participantes acerca do histórico de relacionamento familiar violento.....	39
Tabela 4 – Frequência e percentual das respostas das participantes que presenciaram alguma situação de violência na família acerca da reação da mulher à agressão.....	39
Tabela 5 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto aos seus relacionamentos anteriores.....	40
Tabela 6 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que sentiam pelo parceiro.....	46
Tabela 7 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto aos deveres da mulher no relacionamento.....	47
Tabela 8 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao dever do parceiro no relacionamento.....	47
Tabela 9 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que pensavam que aconteceria caso elas saíssem de casa.....	48
Tabela 10 – Frequência e percentual das respostas das participantes sobre conhecimento e utilização das políticas para as mulheres.....	49
Tabela 11 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao contato com familiares, amigos e vizinhos.....	50
Tabela 12 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao conhecimento dos familiares, vizinhos e amigos sobre a violência sofrida por elas.....	50

Tabela 13 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto às qualidades que observavam nelas mesmas.....

Tabela 14 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que gostariam de mudar nelas 52
mesmas.....

Tabela 15 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que o parceiro dizia a respeito delas..... 52

Tabela 16 – Frequência e percentual das respostas das participantes sobre o relacionamento, sem considerar os episódios de violência..... 53

Tabela 17 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto às qualidades que observavam no parceiro..... 54

Tabela 18 – Frequência e percentual das respostas das participantes em relação ao relacionamento entre o parceiro e o(s) filho(s) e a avaliação delas quanto ao papel de pai dos parceiros..... 54

Tabela 19 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto às expectativas em relação ao futuro do relacionamento..... 55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Violência contra a mulher.....	17
2.2. Análise do comportamento e violência contra a mulher.....	25
3 OBJETIVOS	31
3.1 Geral.....	31
3.2 Específicos	31
4 MÉTODO	32
4.1 Caracterização da amostra	32
(Conclusão).....	33
4.2 Local da Pesquisa.....	33
4.3 Instrumentos e Materiais.....	33
4.4 Procedimento de coleta de dados	34
4.5. Procedimento de análise dos dados.....	34
5 RESULTADOS	37
5.2. Resultado da Escala de forma e grau de violência praticada pelo parceiro íntimo.....	37
5.3. Descrição das respostas das participantes ao roteiro de entrevista	38
5.3.1. <i>Histórico de relacionamentos familiares e relacionamentos anteriores das</i> <i>participantes.....</i>	39
5.3.2. <i>Análise de contingência do último episódio de violência</i>	41
5.3.3. <i>Motivos para permanecer com o parceiro</i>	46
5.3.4. <i>Isolamento da participante.....</i>	50
5.3.5. <i>Autoimagem das participantes</i>	50
5.3.6. <i>Outros aspectos sobre o relacionamento e o parceiro</i>	53
5.3.7. <i>Expectativas quanto ao futuro do relacionamento</i>	55
6 DISCUSSÃO	57
6.1. Histórico de relacionamentos familiares.....	57
6.2. Gravidade da violência contra a mulher	58
6.3. Análise do que mantêm as mulheres no relacionamento	59
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	79
ANEXOS	84

1 INTRODUÇÃO

O número de mulheres que sofre violência praticada por seus parceiros aumenta diariamente. Segundo dados obtidos no Balanço 2014 do Ligue 180¹, em 80% dos casos de violência contra a mulher relatados, o agressor era seu parceiro ou ex-parceiro, quase metade dos casos convivia com a violência diariamente, e o risco de morte foi percebido em 32% dos relatos (BRASIL, 2015).

Sabendo-se que os episódios de violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo tendem a ser repetitivos e progressivamente mais graves, e também conhecendo as consequências graves à saúde e à qualidade de vida das mulheres nessa situação (BARROS; SCHRAIBER, 2017), muitas medidas vêm sendo tomadas com o objetivo de reduzir o problema que já é considerado um problema de saúde pública (SCHRAIBER et al., 2010). No Brasil, a medida mais significativa consiste na sanção da Lei 11.340/2006 que visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

Embora mecanismos tenham sido criados para facilitar a saída das mulheres da situação de violência, a pesquisa do DataSenado (2013) mostrou que muitas mulheres em situação de violência doméstica voltam a conviver com seus parceiros agressores e permanecem por anos em uma relação violenta. Segundo Sinclair (2010), para um atendimento eficaz dessas mulheres, é necessário compreender o que acontece a elas antes de sofrerem agressão que dificultam as iniciativas de proteção e, o que ocorre após o episódio de agressão que as mantêm no relacionamento violento. Para a autora, é fundamental discutir com essas mulheres quais as variáveis presentes que as inibem de agir para alterar sua situação. Por esse motivo, foi objetivo desta pesquisa identificar as variáveis que mantêm as mulheres no relacionamento violento.

Para isso é necessário compreender que o comportamento humano ocorre sempre dentro de um contexto; cada ação do organismo acontece em função de eventos ambientais antecedentes e consequentes (SIDMAN, 1989/2011). Descrever apenas a ação é inútil para análise do comportamento, de acordo com Todorov (1989/2007), pois, sem conhecer o que ocorre antes e depois do comportamento descrito não se pode concluir nada a respeito deste. Observar as consequências do comportamento é importante, segundo Skinner (1953/2003), pois estas podem agir sobre o organismo e dessa forma alterar a probabilidade da ocorrência daquele comportamento. Partindo dessa visão não se corre o risco de explicar o comportamento das

¹ O Ligue 180 é o canal direto para orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país. Em 2014 passou a funcionar como disque-denúncia.

mulheres que se mantêm em um relacionamento violento baseando-se em causas mentalistas como sentimentos, emoções, pensamentos e outros eventos psicológicos, tornando-se possível propor intervenções que levem a mudanças.

Como benefício social desta pesquisa destaca-se o fato de que o conhecimento dos motivos para permanecer no relacionamento violento é um passo crucial para garantir uma intervenção adequada junto a essas mulheres, a fim de levá-las a alcançar uma vida livre de violência. A partir dessa investigação será possível buscar intervenções adequadas que não julguem a mulher por seu comportamento, e até mesmo fomentar a discussão quanto à criação de políticas públicas necessárias para auxiliar essas mulheres a romperem o ciclo de violência em que estão inseridas.

Considerando a proposta deste estudo, acredita-se que, no âmbito acadêmico, ele contribuirá para ampliar a linha de pesquisa sobre violência, sobretudo contra a mulher, na perspectiva analítico comportamental evidenciando-se variáveis que estão diretamente relacionadas à manutenção do padrão agressivo no relacionamento e permanência das mulheres na situação.

Assim sendo, a presente dissertação será apresentada em capítulos que abordarão, na seguinte ordem, a violência contra a mulher e a visão da Análise do Comportamento sobre a temática; o método utilizado no trabalho para alcance dos objetivos; os resultados obtidos subdividido em tópicos para cada item do roteiro de entrevista; a discussão dos dados e, por fim, as considerações finais deste trabalho incluindo limitações e sugestões para estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Violência contra a mulher

Compreende-se por violência contra a mulher todo e qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher (BRASIL, 1994; BRASIL, 2006; NACIONES UNIDAS, 1993). Essa forma de violência atinge, indistintamente, todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas. Segundo dados divulgados em 2011, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo está sujeita a algum tipo de violência ao longo da vida.

Umas das formas mais comuns desse tipo de violência é a perpetrada por parceiro íntimo (SCHRAIBER et al., 2007), sendo este o esposo, namorado, noivo ou qualquer homem com quem a mulher desenvolva relação íntimo-afetiva (MOURA et al., 2009). De acordo com a *World Health Organization – WHO*² (2002), a violência praticada contra a mulher por parceiro íntimo consiste em todo e qualquer comportamento, num relacionamento íntimo, que cause mal físico, psicológico ou sexual. Nessa definição estão inclusos os atos de agressão física, abuso psicológico, comportamentos controladores, relações sexuais forçadas ou outras formas de coerção sexual (FRANK; COELHO; BOING, 2010).

Diversos estudos apresentam um número relevante de mulheres que sofrem com a violência praticada pelo parceiro íntimo (DEVRIES et al., 2011; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2006; KRONBAUER; MENEGHEL, 2005), como apontam o Balanço 2014 do Ligue 180 (BRASIL, 2015) e o Mapa da Violência 2015³ (WASELFISZ, 2015). O primeiro destacou que 94% dos casos de violência contra a mulher, registrados através do Ligue 180, foram perpetradas pelo parceiro, ex-parceiro ou um familiar da vítima e, o segundo, indicou que 67,2% dos atendimentos de mulheres correspondem à violência doméstica, e o parceiro ou ex-parceiro é o principal agressor das mulheres com idade entre 18 e 59 anos.

A gravidade dessa problemática pode ser observada nas consequências acarretadas à saúde e à qualidade de vida da mulher, conforme destacam Schraiber et al. (2002). Os mesmos

² Organização Mundial de Saúde (OMS).

³ Estudo analisou diversas situações que caracterizavam violência contra as mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a partir dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde.

autores associam violência conjugal e o estupro a altos índices de suicídio, maior consumo de álcool e drogas, cefaleia, distúrbios gastrointestinais e sofrimento psíquico em geral. Williams (2001) acrescenta como possíveis sequelas à mulher vítima do companheiro os sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, ansiedade crônica, sensação de perigo iminente, distúrbios de sono e/ou alimentação, frequentes queixas somáticas, baixa autoestima, passividade e extrema dependência. Dessa forma, essas mulheres recorrem constantemente a serviços públicos de saúde, e nesse contexto são enquadradas como políquelixosas, pois costumam relatar dores e incômodos difíceis de serem localizados, e por vezes não conseguem explicar seu sofrimento (TELES; MELO, 2003).

Devido as proporções e consequências desse fenômeno, organizações internacionais, tais como a WHO e Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), passaram a considerar a violência contra a mulher um problema de saúde pública (SCHRAIBER et al., 2010) e uma das formas generalizadas de violação dos direitos humanos (GARDONI-COSTA; DELL'AGLIO, 2009).

No Brasil, movimentos em torno dessa temática passaram a ser mais expressivos a partir da década de 80, quando foi criada a primeira delegacia de atendimento à mulher e implantada a primeira casa abrigo para mulheres em situação de violência (GARDONI-COSTA; DELL'AGLIO, 2009). O governo também buscou formas de reduzir os índices de violência contra a mulher e a desigualdade de gênero através de políticas públicas. Em 2003, foi implantada a Secretaria de Políticas para Mulheres, com a função de assessorar a presidência da república na formulação, coordenação, articulação e implantação de políticas voltadas para as mulheres (BRASIL, 2003). No ano de 2006, foi sancionada uma lei específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Nº 11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”. De acordo com essa lei, se configura violência contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL 2006, p. 2).

Embora a criação de departamentos especializados, leis específicas e políticas públicas que visam o combate à violência praticada contra a mulher contribuam para alertar a sociedade civil sobre o problema (REICHENHEIM et al., 2006), a busca por esses serviços por parte das mulheres agredidas ainda não reflete realidade do problema. Diversos motivos podem contribuir para o número reduzido de denúncias, como: a) o fato de que as mulheres não consideram confiável a proteção jurídica e policial em casos de violência doméstica e acreditam que juízes e policiais desqualificam o problema (INSTITUTO AVON/IPSOS, 2011); b) a

dificuldade das mulheres em identificar as agressões sofridas como violência (OLIVEIRA et al., 2009; SCHRAIBER et al., 2002); c) o medo do agressor e a vergonha da família e da sociedade em geral (OLIVEIRA et al., 2009).

De acordo com Jong, Sadala e Tanaka (2008), as mulheres ainda se recusam a usar os recursos legais para defender-se do agressor, e quando o fazem, muitas vezes voltam atrás e desistem da denúncia. A pesquisa do DataSenado (2013) demonstrou que, do total de mulheres que sofreram algum tipo de agressão, 31% ainda vive com o agressor e, desse número, pelo menos 14% ainda sofre com a violência.

Pesquisadores internacionais buscaram compreender os motivos pelos quais as mulheres permanecem com o companheiro agressor como, por exemplo, Estrellado e Loh (2014) que entrevistaram 40 mulheres, onde metade permaneceu no relacionamento e a outra metade deixou o relacionamento, com o objetivo de identificar os fatores intra e interpessoais que contribuíram para essa decisão. As mulheres que permaneceram com o companheiro tinham em média 44,8 anos de idade e 18,75 anos de relacionamento; as que deixaram o companheiro tinham em média 34,7 anos de idade e 7,65 anos de relacionamento. Em relação à ocupação, 70% das mulheres que deixaram o relacionamento abusivo estavam empregadas ou trabalhavam por conta própria, enquanto 80% das mulheres que permaneceram com seu companheiro estavam desempregas ou eram donas de casa. Através de um questionário com perguntas abertas e posterior análise de conteúdo das respostas obtidas, as pesquisadoras identificaram como principais motivos para permanecer no relacionamento: dependência emocional e financeira; passividade; presença de filhos no relacionamento; ausência de apoio da família, amigos e governo; duração do relacionamento e os papéis de feminino e masculino demarcados na cultura. Em oposição, as mulheres que deixaram o companheiro declararam independência financeira; presença de apoio familiar; bem-estar dos filhos e a natureza da violência. A partir dos resultados obtidos, as autoras discutiram a importância do trabalho de aconselhamento levar em consideração esses fatores de permanência das mulheres e oferecer auxílio na identificação da rede de apoio, orientações sobre independência financeira e como elas podem desenvolver habilidades que facilitem a inserção no mercado de trabalho, esclarecer sobre os efeitos prejudiciais às crianças expostas à violência, bem como fornecer estratégias úteis de enfrentamento que irão capacitar as mulheres para assumirem o controle de suas vidas e tomarem decisões (ESTRELLADO; LOH, 2014).

A pesquisa de Cravens, Whiting e Amar (2015) utilizou postagens em redes sociais para identificar fatores que influenciaram mulheres a permanecer ou deixar um relacionamento

violento. A partir de um caso de violência contra mulher praticada por parceiro íntimo, de grande repercussão nos Estados Unidos, usuários da rede social *Twitter* reagiram expondo suas próprias histórias de por que permaneceram ou deixaram o relacionamento violento. Através das *hashtags* “whyistayed” (“porque eu fiquei”) e “whyileft” (“porque eu deixei”), Cravens, Whiting e Aamar (2015) identificaram 676 respostas de usuárias, sendo 409 para a primeira *hashtag* e 267 para a segunda. As postagens foram analisadas pelos autores que buscaram respostas para as seguintes questões: a) Que fatores influenciam as vítimas de parceiro íntimo a permanecer no relacionamento?; b) Que fatores influenciam as vítimas de parceiro íntimo a deixarem o relacionamento?

Por meio de análise de conteúdo, os autores chegaram a 12 temas e oito subtemas que apontavam fatores levados em consideração no momento da decisão de permanecer ou deixar o relacionamento violento.

Foram temas encontrados para decisão da mulher de permanecer com o companheiro: a) autoengano e distorção, subdividido em dois subtemas (racionalização e minimização), que descreviam situações onde a mulher se responsabilizava pela violência sofrida ou minimizava o problema; b) autoestima, a visão autodepreciativa das participantes contribuía para decisão de permanecer na relação; c) medo, do parceiro e do que ele poderia fazer caso a mulher tentasse deixá-lo; d) sentir-se salvadora, representou as respostas das participantes que expressaram sentimento de responsabilidade em mudar o parceiro ou salvar o relacionamento, dividido em três subtemas: mudança do parceiro (permaneceram porque acreditavam na mudança do parceiro), não desistindo do parceiro (acreditavam que deixar a relação era desistir do parceiro) e ajudar o parceiro (acreditavam que o parceiro precisava de ajuda e não poderiam deixá-lo nesse momento); e) presença de filhos na relação, maior barreira identificada pelos pesquisadores com essa amostra; f) expectativas e experiências familiares, justificativas para permanência no relacionamento que apontaram expectativas de familiares das participantes e experiências de violência nas suas famílias de origem, e g) preocupações financeiras. Os fatores associados à resposta de deixar o relacionamento foram: a) Crescimento pessoal ou autenticidade, que os autores descreveram como maior clareza da situação, foi também subdividido em auto clareza (participantes demonstraram se dar conta que queriam algo melhor), clareza sobre o parceiro (reconhecimento das participantes de que o parceiro não iria mudar) e clareza sobre relacionamentos saudáveis (participantes identificaram os fatores que contribuem para um relacionamento saudável); b) contato com rede de apoio, participantes que deixaram o relacionamento alegaram acesso a redes de apoio como fator crucial para decisão;

c) proteção dos filhos, participantes que declararam tomar a decisão de deixar o relacionamento com o objetivo de proteger os filhos; d) medo e gravidade da violência, algumas participantes postaram que o nível de medo e a severidade das agressões apontaram a necessidade de deixar o relacionamento.

Segundo Cravens, Whiting e Aamar (2015), os resultados da pesquisa são relevantes para o atendimento clínico, médico ou terapêutico, pois fornece suporte aos profissionais no sentido de leva-los a compreender a natureza complexa do problema. Aos psicólogos cabe promover discussões com o objetivo de capacitar a mulher para a tomada de decisão, sem atribuir a ela o peso da responsabilidade de salvar o parceiro e/ou o relacionamento, priorizando a relação terapêutica e levando em conta as necessidades dela (CRAVENS; WHITING; AAMAR, 2015).

Além disso, esse profissional deve manter-se informado sobre os serviços locais de apoio à mulher em situação de violência para orientá-las sobre como acessar esses serviços. Por fim, os autores sugerem que novas pesquisas comparem respostas de mulheres que buscaram atendimento clínico com aquelas que não o fizeram para tomar decisão de deixar ou permanecer com o companheiro.

Estudos realizados no Brasil também já pretenderam investigar o que contribui para permanência das mulheres em um relacionamento violento. A dissertação de Marques (2005), com o título “Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos”, foi dividida em dois momentos: a) o primeiro com objetivo de caracterizar as mulheres que sofrem violência e determinar a prevalência das diferentes queixas, tipos de violência e incidência penal, e; b) o segundo avaliou as atribuições causais para o primeiro e o último episódio de violência, verificando se o foco da atribuição, sentimentos e expectativas estariam relacionados com a intenção da mulher de permanecer ou romper o relacionamento conjugal. Fizeram parte da segunda fase da pesquisa 71 mulheres com idade entre 17 e 59 anos, que buscaram espontaneamente a Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia. As participantes responderam um questionário que continha questões abertas e fechadas que tratavam de dados pessoais, dados sobre violência conjugal, questões para identificar a atribuição de causalidade na primeira e na última agressão sofrida. A maioria das entrevistadas (73,3%) declararam que o início da agressão no relacionamento se deu desde o namoro ou no início do casamento, e o tempo que as participantes permaneceram no relacionamento violento foi em média 12,2 anos, e 88,8% declararam sofrer violência por parte do parceiro com frequência diária ou semanal. A autora investigou os sentimentos das participantes após as

agressões sofridas e identificou que os sentimentos de angústia, mágoa e revolta não sofreram grandes alterações entre o primeiro e o último episódio de agressão. Dessa forma ela concluiu que tais sentimentos aliados a outros, como tristeza e medo, podem contribuir para a permanência das mulheres no relacionamento violento, tendo em vista o estado psicológico das mesmas. Quando perguntadas sobre por que permaneceram com o agressor, 63,4% das entrevistadas alegou amor. Foram outras justificativas dadas pelas participantes para manutenção no relacionamento: filhos (26,76%); esperança de mudança do parceiro (26,76%); aspectos econômicos (25,35%); características da mulher como paciência, ingenuidade, imaturidade, insegurança (21,12%); regras sociais que envolviam “não ser mãe solteira”, “o casamento não pode ser desfeito” (18,30%); medo (14,08%) e sentimento de pena do parceiro (7,04%). Outro dado importante obtido por Marques (2005) se refere à expectativa das participantes após denunciar o parceiro; embora a maioria espere que o companheiro se afaste e seja punido, 22,5% acredita que o mesmo pode mudar após a denúncia. Em relação a expectativa caso permaneça no relacionamento, a maioria apresentou uma expectativa negativa; ao mesmo tempo quase metade das entrevistadas esperava uma vida solitária e triste, incerta, medo de ser perseguida ou dificuldades financeiras caso rompessem o relacionamento. A autora sugere a realização de pesquisa com os agressores, investigando o ponto de vista dos mesmos para manutenção da agressão.

Souza e Da Ros (2006) pesquisaram os motivos para permanência da mulher em um relacionamento violento. Os autores entraram em contato com 47 mulheres que haviam sido atendidas no Centro de Atendimento às Vítimas de Crime (CEVIC) em Florianópolis; deste número, apenas 20 aceitaram participar da pesquisa. Vale ressaltar que entre as mulheres que não aceitaram participar, cinco tomaram essa decisão por terem se reconciliado com o marido agressor. Os autores realizaram cinco encontros com as participantes, com duração de quatro horas cada um, utilizaram fita cassete para registrar as entrevistas e posteriormente transcreveram os diálogos para análise qualitativa utilizando o método de análise de conteúdo. Os principais motivos encontrados por Souza e Da Ros (2006) para a permanência das mulheres em relacionamento violento foram: medo de ficar sozinha, dependência financeira e submissão ao marido, sentimento de pena do marido, duração do relacionamento, criação dos filhos e falta de apoio dos familiares e amigos. Os autores destacaram que o momento da decisão de denunciar o companheiro é delicado, pois a mulher muitas vezes precisa enfrentar a própria família e ainda regras sociais do tipo “ruim com ele, pior sem ele” ou “se arrumar outro vai ser a mesma coisa, pois homem é tudo igual”, indicando dificuldade da mulher em conseguir sair

sozinha de um relacionamento violento necessitando contar com uma rede de apoio nesse momento.

Com o objetivo de caracterizar o impacto da violência e a transgeracionalidade na família de mulheres que sofreram agressão física, Santos e Moré (2011) desenvolveram um estudo exploratório-descritivo, com 10 mulheres que prestaram queixa de agressão física praticada pelo parceiro em uma delegacia especializada na região Sul do Brasil. As pesquisadoras utilizaram um roteiro de entrevista semiestruturado que, dentre outras questões, abordava os motivos pelos quais as entrevistadas permaneciam no relacionamento e como eram as relações conjugais na família de origem das mesmas, se havia casos de agressão na família ou histórico de violência praticada pelo parceiro. Das 10 entrevistadas, nove declararam ser a primeira relação conjugal permeada pela violência física, porém não se tratava de um único episódio. Foram motivos citados pelas participantes para não encerrar o relacionamento: sentimento de pena do marido, manutenção da família, justificativas para amenizar o comportamento agressivo do parceiro (“ser um bom pai”, “bom marido”), falta de tempo para as questões judiciais e, a mais frequente justificativa, o fato dos parceiros serem o pai dos seus filhos.

As autoras também analisaram outros elementos presentes nas respostas das participantes que poderiam justificar a permanência das mulheres no relacionamento, e um deles foi a dificuldade enfrentada por essas mulheres quando o marido saiu de casa, sendo a principal delas, a dificuldade financeira. Não partilhar a situação de violência com familiares e/ou amigos contribuiu para que as mulheres ficassem sozinhas, reforçando a dependência ao agressor devido a ausência de uma rede de apoio. Segundo as autoras, esse isolamento incentivava os parceiros a manter o padrão agressivo, já que pressupunham que ninguém saberia o que estava acontecendo.

Santos e Moré (2011) alertaram em seu estudo para o comportamento agressivo na relação conjugal como “herança” passada através de gerações. A respeito disso, parte das entrevistadas declarou presenciar episódios de agressão física do pai sobre a mãe, porém nenhuma relatou que a mãe procurou a polícia ou algum recurso legal. As autoras compreenderam que houve um padrão de relacionamento familiar violento que afetou as entrevistadas. Santos e Moré incentivaram novas pesquisas para identificar o papel da rede de apoio e sua efetividade junto às mulheres para quebrar o ciclo da violência, bem como investigar formas possíveis de interromper a transgeracionalidade do fenômeno da violência como forma de possibilidade de mudança desse quadro.

Silva, Araújo, Valongueiro e Ludermit (2012) realizaram um estudo na região Nordeste do Brasil com o objetivo de descrever as formas de enfrentamento à violência física adotadas por mulheres agredidas por seu parceiro. Foram selecionadas 283 mulheres, gestantes, com idade entre 18 e 49 anos, com histórico de violência física praticada pelo parceiro íntimo antes e/ou durante a gestação. A maioria das participantes era jovem menor de 24 anos, possuía baixa escolaridade, era legalmente casada ou coabitava com o parceiro e, menos da metade declarou possuir renda própria. Das entrevistadas, quase 80% fez algo para enfrentar a violência, sendo 57,6% procuraram conversar com alguém, porém, quase metade das mulheres que conversaram com alguém sobre a violência, não obtiveram ajuda. Silva et al. (2012) apontaram que familiares e amigos de mulheres que estão em um relacionamento violento, por vezes silenciam-se diante da situação por naturalizarem a violência, por acreditarem se tratar de algo íntimo, por considerarem a impossibilidade de oferecer ajuda ou até mesmo por medo do agressor e, acrescentaram, que tal ausência de apoio dificulta a saída das mulheres dessa situação uma vez que considerar a ajuda de familiares e amigos está entre os fatores que contribuem para o rompimento da violência. No que se refere ao fim do relacionamento devido à violência física, embora pouco mais de 30% tenha afirmado que saiu de casa por pelo menos uma noite, apenas 5,9% não retornou para o relacionamento. Os motivos alegados pelas participantes que voltaram para o relacionamento violento incluíram amor pelo parceiro, bem da família/filhos e para atender ao pedido do parceiro. Segundo as autoras, para muitas mulheres romper o ciclo da violência não é algo simples, pois envolve filhos, redes de relações sociais, questões legais e financeiras, além do fato de que abandonar o parceiro pode resultar em mais violência para a mulher e os filhos. As limitações do estudo envolveram o desconhecimento dos motivos pelos quais uma grande parcela das mulheres não buscou nenhum tipo de ajuda; informações sobre o acolhimento das mulheres, e; qual encaminhamento foi dado às mulheres que procuraram os serviços especializados. Tais questões poderiam contribuir para inferências a respeito da permanência ou rompimento do relacionamento violento.

Em estudo mais recente, Porto e Bucher-Malusckhe (2014) investigaram a permanência das mulheres em relacionamento abusivo a partir da visão de psicólogos que atendiam esse público. O estudo foi qualitativo, utilizando entrevista semiestruturada e análise de conteúdo a partir das respostas de 12 psicólogas do estado do Acre, separadas em dois grupos: o primeiro composto por seis profissionais com experiência de atuação os serviços da rede de enfrentamento a violência e, o segundo composto por psicólogas que atenderam em algum momento ou atendiam mulheres em situação de violência. A partir das respostas das participantes a respeito

do que acreditavam ser a motivação para a mulher permanecer no relacionamento violento, as autoras estabeleceram três categorias. A primeira categoria identificada pelas autoras foi nomeada de “força do patriarcado”, que incluiu as respostas das psicólogas que citaram pressão familiar e de instituições patriarcais como justificativa para a manutenção das mulheres na relação, tendo como umas das questões centrais a responsabilidade da mulher de manter o casamento. Nessa categoria foram incluídas também aquelas respostas que mencionaram dependência econômica e emocional. A segunda categoria foi denominada “sonhos do amor romântico”, que incluiu as respostas das participantes que relacionaram a permanência da mulher no relacionamento violento à esperança de mudança do marido. A terceira e última categoria envolveu as respostas que faziam referência a ganhos secundários da mulher ao permanecer no relacionamento como, por exemplo, evitar a solidão, manter o padrão de vida ao qual está acostumada e garantir o “bem-estar” dos filhos. Por fim, as autoras destacaram ainda a revitimização sofrida pelas mulheres ao buscarem algum serviço da rede de enfrentamento à violência como outro fator que contribui para a permanência da mulher no relacionamento violento, indicando que a rede de atendimento não está funcionando como esperado.

Algumas pesquisas apontam sentimentos e pensamentos como causas para manutenção das mulheres em um relacionamento violento, como amor pelo parceiro e vergonha da família ou da sociedade em geral (SILVA et al., 2012; OLIVEIRA et al., 2009). Para Skinner (1953/2003), a tentativa de explicar o comportamento a partir de algo que ocorre dentro do organismo “tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica” (p. 33), ou seja, não há possibilidade de prever e controlar. Por esse motivo, Beckert (2002) afirmou que a noção de que sentimento causa comportamento contribui para uma postura de passividade, o que pouco ou nada contribui às mulheres para o enfrentamento da violência e para as intervenções dos profissionais junto às mesmas. O autor afirmou que não é possível ser ativo sobre os sentimentos e pensamentos, em contrapartida mudanças comportamentais tendem a modificar a relação do indivíduo com o seu ambiente.

2.2. Análise do comportamento e violência contra a mulher

Analistas do comportamento, baseados na filosofia behaviorista radical proposta por Skinner, têm estudado diversos fenômenos sociais, dentre eles a violência. Matos (2001) afirma que o behaviorista radical trabalha e estuda o comportamento dentro dos contextos em que

ocorrem. Para Skinner (1938), o comportamento é parte da ação de um organismo sobre o mundo externo ou ambiente e, informações disponíveis no ambiente podem auxiliar na previsão, controle e interpretação dos comportamentos (SKINNER, 1974/2006). Dessa forma, para compreender o comportamento agressivo, torna-se necessário analisar as variáveis envolvidas na sua instalação e manutenção.

Para Skinner (1953/2003), as consequências produzidas por determinado comportamento podem alterar a probabilidade de esse comportamento ocorrer ou não no futuro. Skinner (1981/2007, p. 131) propõe que o comportamento humano é produto conjunto de “a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído”, respectivamente, filogênese, ontogênese e cultura.

A filogênese diz respeito às “contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies” (SKINNER 1981/2007, p. 131). Partindo dessa concepção, Stelko-Pereira e Williams (2010) afirmaram que o ser humano está pré-disposto para, no mínimo, atentar para a violência e, destacam ainda, o interesse dos indivíduos sobre o tema, que é constantemente explorado pela mídia e cinema.

O segundo nível de seleção, a ontogênese, se refere ao condicionamento operante, ou seja, uma dada resposta torna-se mais provável de ocorrer ou mais frequente em função da sua consequência (SKINNER, 1953/2003). De acordo com Skinner (1981/2007), à medida que o indivíduo aprende novos comportamentos apropriados para um determinado ambiente ele necessita menos de um repertório inato.

Menandro (1978) cita Cahoon (1972) que propõe uma investigação do comportamento agressivo a nível ontogenético a partir de seis relações funcionais entre condições antecedentes, resposta agressiva e consequência. A primeira relação funcional é quando o indivíduo se encontra em uma situação aversiva, tendo uma resposta que produz estimulação aversiva a outro, de modo que tenha como consequência a remoção ou redução da situação aversiva anterior. Um exemplo dessa relação seria o homem que, ao incomodar-se com a roupa que a esposa está usando, a agride, e esta por sua vez troca de roupa para evitar a situação de agressão. A segunda relação envolve a condição em que há estímulos que discriminam alta probabilidade de um indivíduo produzir reforços positivos, caso se comporte de forma agressiva, como por exemplo, o parceiro que agride psicologicamente a mulher para que esta faça sexo com ele. Uma terceira relação funcional se refere à situação em que o indivíduo recebia consequências

positivas após emitir uma resposta e para de receber tais consequências. A ausência dessa consequência pode levar o indivíduo a experimentar reações emocionais diversas e também emitir comportamentos como tentativa de reaver as consequências positivas que outrora recebia. Um exemplo dessa relação no relacionamento conjugal pode ser vista no caso do marido que recebe consequências positivas após agredir a companheira, porém, após algum tempo ela denuncia e fica sob proteção em uma casa-abrigo. O marido pode experimentar sentimentos de raiva e emitir comportamentos de buscar descobrir onde a mulher está, ameaçar familiares para que ela volte, agredir os filhos, etc. A quarta relação proposta pelo autor diz respeito às situações de ameaça: quando estímulos que discriminam consequências positivas são apresentados juntamente com estímulos que discriminam a remoção de tais consequências. Um exemplo dessa relação seria o marido que ameaça agredir fisicamente a esposa caso esta trabalhe ou estude. A quinta relação exposta por Cahoon em Menandro (1978) é caracterizada pela ação reflexa e se refere a estímulos aversivos comuns a todos os membros da espécie humana, diante dos quais o indivíduo age produzindo estimulação aversiva a fim de tornar menos frequente os estímulos aversivos anteriores; por exemplo, uma mulher que é agredida com um tapa pelo companheiro, pode revidar agredindo-o como uma ação reflexa na tentativa de tornar a agressão menos frequente. A sexta e última relação funcional investigada refere-se a variáveis que abaixam o limiar para comportamento agressivo causado por outros fatores, como, por exemplo, privação de água ou alimento e alta aglomeração de pessoas em locais públicos, o que pode justificar os altos índices de violência contra a mulher ocorrendo na própria casa das vítimas, quando estas se encontram sozinhas com o agressor.

O terceiro nível de seleção proposto por Skinner é a cultura, que evolui quando práticas iniciadas e reforçadas a nível do indivíduo, contribuem para o sucesso de um grupo na solução de seus problemas. Nesse terceiro nível leva-se em consideração o efeito sobre o grupo e não as consequências reforçadoras para seus membros (SKINNER, 1981/2007). Além disso, na cultura, o comportamento pode ser passado de um indivíduo para outro através da imitação (CATANIA, 1999) ou por meio do comportamento verbal (SKINNER, 1981/2007). Tomando por base esse nível de seleção para analisar a violência contra a mulher pode-se afirmar que alguns comportamentos considerados agressivos em determinada cultura podem não ser vistos dessa forma em outra, e ainda, regras formuladas por um determinado grupo podem contribuir para o baixo índice de denúncias por parte das vítimas e, por conseguinte um número mínimo de agressores sofre as consequências de seus comportamentos.

Na Análise do Comportamento a violência é vista como sinônimo de coerção (ANDERY; SÉRIO, 2001), ou seja, como “uso da punição e da ameaça de punição para conseguir que os outros ajam como nós gostaríamos e à nossa prática de recompensar pessoas deixando-as escapar de nossas punições e ameaças” (SIDMAN, 1989/2011, p. 17). Entendendo a coerção como uma forma de controle sobre o comportamento do outro, Sidman (1989/2011) apresenta três tipos de relações controladoras entre conduta e consequências: o reforçamento positivo (controle considerado não coercitivo), o reforçamento negativo e a punição – processos que serão explicados a seguir, relacionando-os com o tema desta pesquisa.

Diante do exposto pode-se afirmar que na violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo, este último busca controlar, por meio de punição ou ameaça de punição, o comportamento da mulher. Sidman (1989/2011) afirma que com frequência a relação conjugal se configura como uma relação de coerção, e que a pessoa sob controle coercitivo tende a fugir e esquivar-se como resultado do reforçamento negativo e da punição. Segundo o mesmo autor o indivíduo pode adaptar-se à coerção por meio da fuga e esquiva, porém isso tende preocupá-lo de tal forma a ponto de interferir no seu cotidiano, ocasionando custos pessoais e sociais severos.

Como consequência do comportamento agressivo, o autor supracitado afirma que práticas coercitivas podem gerar “contra-ataque”, e um indivíduo após sofrer punição fará qualquer coisa para ter acesso a outro que ele possa punir. Andery e Sérgio (2001) ao analisarem os efeitos da violência também afirmaram que o uso da estimulação aversiva implica na continuação do seu uso, ou seja, o uso da violência acarreta mais violência. Ainda para as autoras os efeitos sobre os indivíduos vítimas do controle aversivo, incluem se tornarem quietos, passivos, desgostarem e temerem o ambiente em que vivem. Tais comportamentos são comuns entre mulheres inseridas em um relacionamento violento, como mostram os estudos de Kronbauer e Meneghel (2005), Souza e Da Ros (2006), e Cravens, Whiting e Amar (2015), por exemplo.

Como mencionado anteriormente, um comportamento se mantém em função das consequências que produz. Dessa forma, Sidman (1989/2011) ao analisar o que mantém o comportamento coercitivo afirma que o efeito imediato é fortemente reforçador para quem pune. Para ele, o primeiro efeito da punição sobre as pessoas é interromper o que estiverem fazendo e apesar de ser um efeito temporário, a cessação imediata do ato punido ajuda “a criar a ilusão de que a punição realmente cumpre a sua tarefa” (SIDMAN, 2011, p. 232). Um

exemplo ilustrativo na situação de violência contra a mulher seria uma agressão física por parte do marido para que a sua esposa pare de discutir com ele.

Com o objetivo de fornecer uma compreensão comportamental sobre o que controla a decisão de mulheres de se manter ou sair de um relacionamento violento, Bell e Naugle (2005), realizaram um estudo teórico utilizando princípios da Análise do Comportamento (processos de reforçamento, extinção, punição e controle por regras) para compreender e explicar a decisão da mulher de permanecer ou deixar um contexto de violência praticada por parceiro. Quanto às consequências, as autoras afirmaram que o comportamento da mulher de permanecer na relação pode ocorrer por reforço positivo (o agressor após agredir fisicamente presenteia a vítima ou a trata de maneira mais carinhosa, ou ainda a mulher pode receber elogios de familiares e amigos ao decidir manter o relacionamento) ou reforço negativo (a mulher evita ser privada de contato com os filhos, amigos, ou ainda evita a queda do padrão econômico). As autoras apontam para o frequente déficit comportamental das mulheres que sofrem a violência praticada por parceiro – faltam a elas habilidades necessárias para sair do relacionamento abusivo. A permanência em um relacionamento violento também é analisada pelas autoras considerando os antecedentes de tal comportamento; segundo elas a decisão de permanecer no relacionamento é mais provável de ocorrer se os fatores ambientais sinalizarem a presença de reforçadores dentro do relacionamento.

As regras também aparecem nas análises como variáveis que exercem forte controle sobre o comportamento da mulher em um contexto violento, como pode ser constatado na pesquisa de Gomes e Costa (2014), que buscou investigar a relação entre regras sociais e a violência contra a mulher. Nesta, foram entrevistados 252 participantes, de ambos os sexos, com idades entre 18 e 40 anos. Apesar de altos índices de discordâncias com as regras apresentadas pelas autoras, mais de 80% dos entrevistados afirmou conhecer alguém que concorda com afirmativas como: “É dever da mulher ficar ao lado do marido, em qualquer circunstância” e “A mulher deve fazer de tudo para fazer o relacionamento dá certo” (GOMES; COSTA, 2014).

Diante do exposto é que se propõe a presente pesquisa que pretende investigar as variáveis envolvidas na manutenção das mulheres em um relacionamento violento, tendo como base a noção de que o comportamento humano consiste na relação entre organismo e o ambiente, e que a seleção e manutenção de um dado comportamento se dá a partir de suas consequências através dos níveis ontogenético, filogenético e cultural (SKINNER, 1981/2007).

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Identificar, nos relatos de mulheres que sofreram violência, variáveis que as mantêm no relacionamento com o parceiro autor de agressão.

3.2 Específicos

Identificar:

- As formas e a frequência da violência;
- O que fazem antes e depois do episódio de violência;
- Os motivos alegados para permanecer no relacionamento violento;
- Se possui acesso à rede de apoio, como familiares, amigos e/ou conhece os serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência;
- Histórico de violência nas relações conjugais familiares e relacionamentos anteriores das participantes;
- As expectativas em relação ao futuro do relacionamento.

4 MÉTODO

Este estudo está de acordo com os pressupostos do Conselho Nacional de Saúde em relação às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos (Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão sob protocolo CAAE: 57294816.1.0000.5087.

4.1 Caracterização da amostra

Participaram desta pesquisa 30 mulheres maranhenses que estavam, no momento da coleta, nas dependências da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) ou abrigadas na Casa Abrigo. Foram selecionadas àquelas mulheres que demonstraram interesse e disponibilidade em responder aos instrumentos e que estavam dentro dos critérios de inclusão que eram ser maior de 18 anos e ter sofrido mais de um episódio violento praticado pelo parceiro íntimo. Os dados de caracterização da amostra estão descritos na tabela a seguir.

(Continua)

Variáveis		Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)
Cidade	<i>São Luís – MA</i>	29	97
	<i>Outra</i>	1	3
Idade	<i>18 a 29 anos</i>	10	33
	<i>30 a 44 anos</i>	17	57
	<i>45 a 60 anos</i>	3	10
Escolaridade	<i>Fund. incompleto</i>	2	7
	<i>Fundamental</i>	1	3
	<i>Médio incompleto</i>	3	10
	<i>Médio</i>	18	60
	<i>Técnico</i>	1	3
	<i>Superior incompleto</i>	3	10
	<i>Superior</i>	2	7
Estado Marital	<i>Namorando</i>	2	7
	<i>União Estável</i>	26	87
	<i>Casada</i>	1	3
	<i>Separada</i>	1	3
Duração do Estado Marital	<i>7 meses a 2 anos</i>	4	13
	<i>2 anos e 1 mês a 5 anos</i>	11	37
	<i>5 anos e 1 mês a 10 anos</i>	14	47
	<i>Mais de 10 anos</i>	1	3
	<i>Nenhum</i>	11	37
Presença de filhos	<i>Um ou dois</i>	15	50
	<i>Três ou mais</i>	4	13

(Conclusão)

	Variáveis	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)
Com quem residiam	Sozinha	1	3
	Parceiro	8	27
	<i>Parceiro e filhos</i>	16	53
	Outro	5	17
Trabalho formal das participantes	Sim	8	26,7
	Não	22	73,3
Trabalho formal do parceiro	Sim	15	50
	Não	15	50
Quem contribuía para renda familiar	Participante	3	10
	<i>Parceiro</i>	13	43
	Ambos	8	27
	Outro	6	20
Primeira vez que sofreu agressão	Menos de 1 ano	10	34
	<i>Entre 1 e 2 anos</i>	16	53
	Entre 3 e 4 anos	1	3
	Mais de 5 anos	3	10

Tabela 1 – Dados de caracterização da amostra.

4.2 Local da Pesquisa

A coleta de dados ocorreu em dois locais que atendem mulheres em situação de violência: Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e Casa Abrigo, ambos localizados em São Luís - MA. Na DEAM a pesquisa foi realizada em uma antessala onde as mulheres aguardavam atendimento e na Casa Abrigo a pesquisa foi realizada na sala de atendimento psicossocial.

4.3 Instrumentos e Materiais

Durante a pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A);
- Escala que identifica forma e grau de Violência Contra a Mulher praticada por parceiro íntimo, desenvolvida por Almeida (2013). A escala do tipo *Likert* foi validada pela autora, com consistência interna $\alpha = 0,969$, e é composta por 36 itens que descrevem violência nas formas física, psicológica, sexual, psicológica envolvendo ameaça e psicológica envolvendo humilhação. (ANEXO I);
- Roteiro de entrevista adaptado de Williams (2010) com questões que abrangem: a) identificação da participante; b) operacionalização da violência; c) motivos para

- permanecer com parceiro autor de violência; d) isolamento da vítima; e) autoimagem; f) histórico familiar e g) futuro do relacionamento (APÊNDICE B);
- Gravador.

4.4 Procedimento de coleta de dados

Na DEAM a pesquisadora abordava as participantes em potencial, identificando-se como aluna regularmente matriculada no Mestrado acadêmico em Psicologia da UFMA e fazendo uma breve explanação sobre os objetivos da pesquisa e os critérios de participação na mesma. Após a descrição da pesquisadora e aceite da mulher, a pesquisadora convidava a participante para um local um pouco mais afastado, visando reduzir interferência de terceiros, e apresentava o TCLE, esclarecia sobre o sigilo e possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer tempo e solicitava a assinatura da participante nas duas vias. Em seguida a pesquisadora orientava para o preenchimento da Escala para identificação forma e grau de Violência Contra a Mulher praticada por parceiro íntimo; após o preenchimento completo a pesquisadora iniciava a gravação da entrevista.

Na Casa Abrigo, a assistente social do local fazia a pré-seleção das participantes baseando-se nos critérios de inclusão da pesquisa. As mulheres eram direcionadas uma por vez para a sala de atendimento psicossocial. A pesquisadora explicava os objetivos da pesquisa e os critérios para participação e confirmava se a mulher tinha interesse em participar, deixando claro que ela não era obrigada de nenhuma forma. Após o aceite a coleta se deu da mesma forma que na DEAM.

O tempo utilizado para cada coleta com cada participante foi de uma hora a uma hora e trinta minutos. Ao final a pesquisadora agradecia a participação.

4.5. Procedimento de análise dos dados

Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa. Para a análise quantitativa foi utilizado o Microsoft Excel 2010 para análises descritivas das frequências absolutas e relativas (%) baseando-se nas respostas das participantes ao roteiro de entrevista. A escala para identificação de forma e grau de violência contra a mulher foi analisada levando em consideração os critérios de pontuação descritos na tabela a seguir.

Forma de violência	Nº de itens na escala	Grau	Pontuação na escala
Violência Física	8	Ausência	Até 8 pontos
		Baixa	Entre 9 e 13 pontos
		Média	Entre 14 e 20 pontos
		Alta	Acima de 20 pontos
Violência Psicológica	8	Ausência	Até 8 pontos
		Baixa	Entre 9 e 13 pontos
		Média	Entre 14 e 20 pontos
		Alta	Acima de 20 pontos
Violência Sexual	7	Ausência	Até 7 pontos
		Baixa	Entre 8 e 14 pontos
		Média	Entre 15 e 18 pontos
		Alta	Acima de 18 pontos
Violência Psicológica envolvendo humilhação	10	Ausência	Até 10 pontos
		Baixa	Entre 11 e 18 pontos
		Média	Entre 19 e 25 pontos
		Alta	Acima de 25 pontos
Violência Psicológica envolvendo ameaças	3	Ausência	Até 3 pontos
		Baixa	Entre 4 e 6 pontos
		Média	Entre 7 e 9 pontos
		Alta	Acima de 9 pontos

Tabela 2 – Pontuação da Escala de identificação de forma e grau de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo.

A partir das frequências obtidas, os dados foram discutidos à luz da literatura geral sobre violência contra a mulher e do modelo de seleção por consequências proposto por Skinner (1981/2007), ou seja, considerando a história da espécie (filogênese), história de reforçamento (ontogênese) e as práticas culturais do ambiente ao qual a mulher faz parte.

As respostas ao roteiro de entrevista foram agrupadas em categorias referentes aos tópicos abordados pelo questionário e que foram objetivos dessa pesquisa: operacionalizando a violência, motivos para permanecer com o agressor (existência de filhos com o agressor, duração do relacionamento, regras sociais, etc.), isolamento da vítima (existência de apoio da família e/ou amigos), autoimagem, histórico dos relacionamentos familiares e futuro do relacionamento (expectativas de mudança do relacionamento). As respostas obtidas em cada categoria foram discutidas a luz da Análise do Comportamento na tentativa de explicar a manutenção das mulheres no relacionamento violento.

As respostas das participantes ao roteiro de entrevista também subsidiaram a elaboração de análises de contingências (microanálise) que, segundo Meyer (2003), consiste em identificar relações entre as ações do organismo e as variáveis ambientais. A partir do relato das participantes sobre o que fizeram antes e após sofrerem o último episódio de agressão, a

pesquisadora elaborou análises de contingências que foram discutidas no Grupo de Pesquisa em Análise do Comportamento da UFMA. É importante frisar que embora as análises do comportamento do parceiro tenham sido elaboradas a partir dos dados coletados, as mesmas se configuram hipóteses.

Após a construção das análises foram elaboradas três categorias para as consequências dadas pelas mulheres à resposta de agressão do parceiro: a) resposta passiva; b) resposta de contracontrole agressiva, e c) resposta de contracontrole não agressiva. A primeira incluiu as respostas das mulheres que não indicavam qualquer relação com a resposta agressiva do parceiro ou que não visavam interromper o episódio de violência; a segunda correspondeu as respostas agressivas emitidas pelas mulheres e a terceira as respostas não agressivas emitidas por elas.

5 RESULTADOS

Os dados obtidos serão apresentados em tópicos de acordo com a seguinte ordem: inicialmente os dados que indicam a forma e grau de violência sofrida pelas participantes e, em seguida, as respostas das participantes ao roteiro de entrevista que buscava os fatores relacionados à manutenção das participantes no relacionamento violento.

5.2. Resultado da Escala de forma e grau de violência praticada pelo parceiro íntimo

Através da Escala para identificação de forma e grau de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo, foi verificado que as trinta participantes sofreram todas as formas de violência descritas na Escala e, mais da metade delas, afirmou sofrer as formas descritas de violência em alto grau. Os resultados da Escala estão descritos nas figuras 11 e 12.

Através da Figura 1 é possível notar que as mulheres relataram sofrer todas as formas de violência, em sua maioria, em alto grau. A violência psicológica foi a mais frequente, seguida por violência sexual e física, respectivamente.

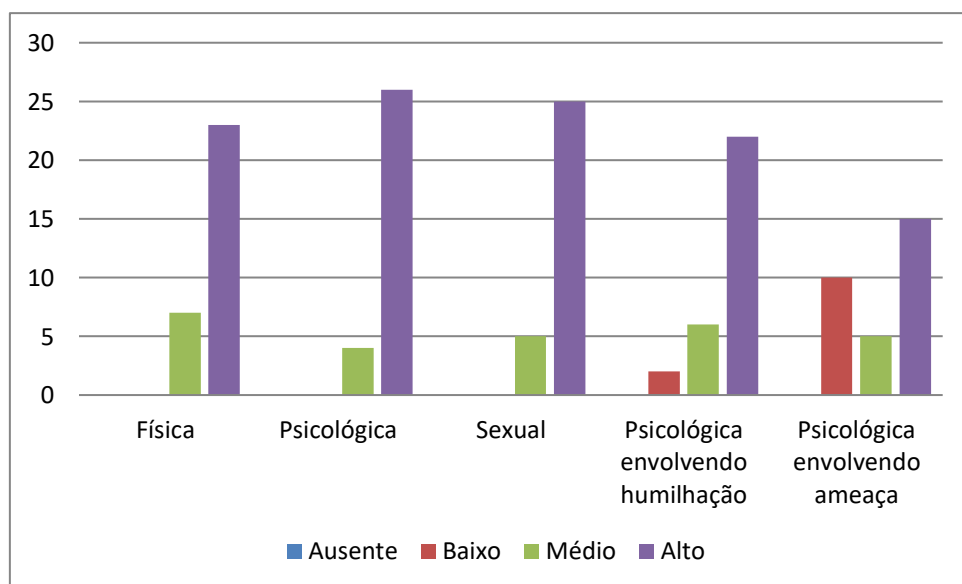


Figura 1 – Frequência das formas e grau de violência sofrida pelas participantes.

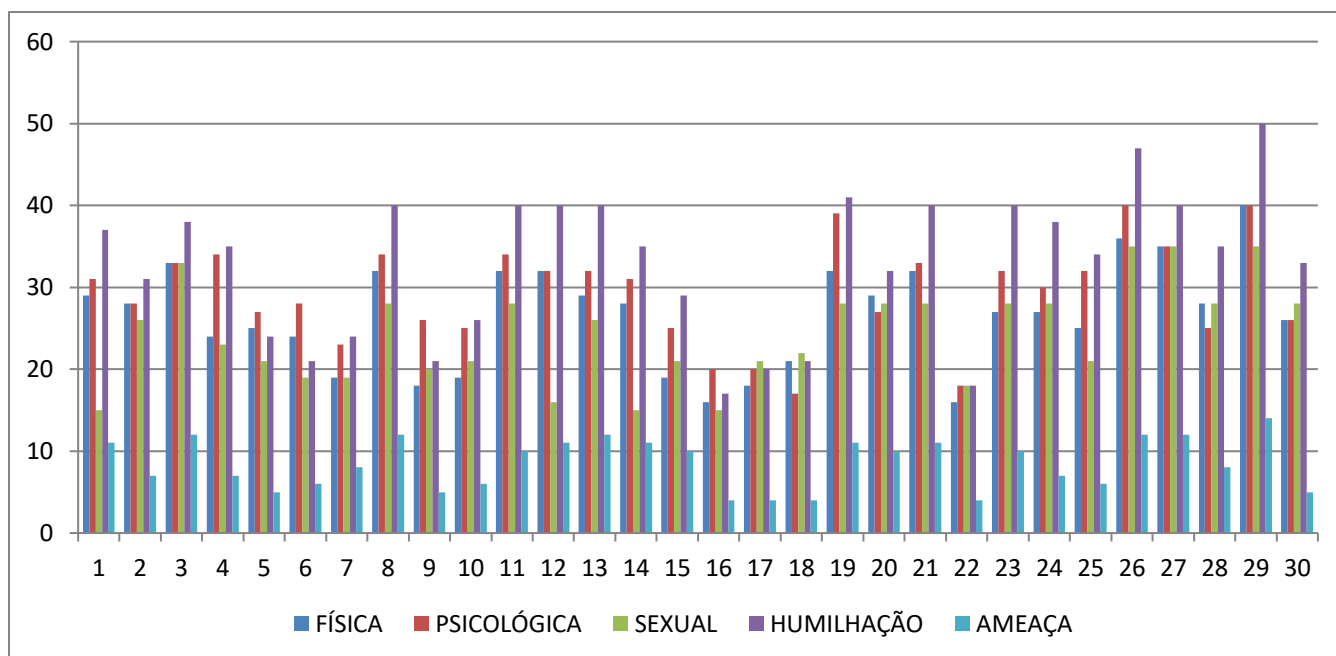


Figura 2⁴ – Pontuação obtida pelas participantes por tipo de violência por parceiro íntimo.

A figura 2 aponta os resultados de cada participante na escala de identificação de forma e grau de violência praticada por parceiro íntimo. As participantes 29 e 26 foram as que obtiveram as maiores pontuações para todas as formas de violência.

5.3. Descrição das respostas das participantes ao roteiro de entrevista

As respostas das participantes serão apresentadas em subtópicos na seguinte ordem: histórico de relacionamentos familiares e relacionamentos anteriores da participante, análise de contingência do último episódio de violência, motivos para permanecer com o parceiro, grau de isolamento e autoimagem da participante, outros aspectos sobre o relacionamento e o parceiro e expectativas quanto ao futuro da relação.

⁴ As pontuações das participantes para cada forma de violência indicam o grau sofrido por elas (ausência, baixa, média ou alta), onde o valor mínimo possível é 3 e o máximo 50. As pontuações já foram descritas no método deste trabalho.

5.3.1. Histórico de relacionamentos familiares e relacionamentos anteriores das participantes

A maioria das participantes respondeu que havia algum relacionamento violento na família (60,0%) e mais da metade presenciou algum episódio de violência no ambiente familiar (56,7%).

Presença de relacionamento violento na família			Presenciou algum episódio		
	Frequência	%		Frequência	%
Sim	18	60,0	Sim	17	56,7
Não	2	6,7	Não	13	43,3
Não sabe	10	33,3			

Tabela 3 – Frequência e percentual das respostas das participantes acerca do histórico de relacionamento familiar violento.

Entre as que presenciaram algum comportamento violento na própria família, 70,6% afirmaram que a mulher envolvida na situação não reagiu e permaneceu no relacionamento.

Como a mulher reagiu na situação?		
	Frequência	%
Denunciou e voltou atrás	3	17,7
Nada/ Se manteve no relacionamento	12	70,6
Chorou	2	11,7

Tabela 4 – Frequência e percentual das respostas das participantes que presenciaram alguma situação de violência na família acerca da reação da mulher à agressão.

Quanto à quantidade de relacionamentos anteriores, metade das entrevistadas afirmou que teve apenas um relacionamento, 26,7% afirmaram que tiveram dois relacionamentos e 23,3% tiveram três ou mais relacionamentos.

Em relação ao relacionamento anterior, 33,3% responderam que foi ótimo ou bom, e o motivo do término mais frequente foi porque a participante ou o parceiro não quiseram mais manter a relação (16,7%).

Como foi o relacionamento anterior			Motivo do fim do relacionamento		
	Frequência	%		Frequência	%
Ótimo/Bom	10	33,3	Participante não quis mais/ Parceiro não quis mais	5	16,7
Tranquilo	5	16,7	Parceiro era casado	4	13,3
Não era violento	3	10,0	Mudança de cidade do parceiro	4	13,3
Conturbado	3	10,0	Deixou de gostar	3	10,0
Brigavam	2	6,7	Não sabe/Não lembra	3	10,0
Não lembra	2	6,7	Conheceu outro parceiro	3	10,0
Se viam pouco	2	6,7			
Diferente do atual	1	3,3	Brigavam muito	2	6,7
Igual ao relacionamento atual	1	3,3	Outro	2	6,7
Tinha amor e respeito	1	3,3	Tinha ex-mulher e filha	1	3,3
Não era relacionamento sério	1	3,3	Morreu	1	3,3
Não foi bom	1	3,3	Parceiro ficou ciumento	1	3,3
			Ficou chato	1	3,3

Tabela 5 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto aos seus relacionamentos anteriores.

5.3.2. Análise de contingência do último episódio de violência

O quadro abaixo apresenta a análise de contingência do último episódio de agressão sofrida por mulheres. A resposta mais frequente para o que fizeram após sofrerem agressão foi chorar, presente no relato de 17 participantes (56,7%). As consequências imediatas mais frequentes foram reforçadoras (positivas e/ou negativas), presente no relato de 22 participantes (73,3%).

Cabe ressaltar ainda que em algumas análises de contingências foi utilizado asterisco (*) para destacar a dificuldade em estabelecer uma relação entre antecedente, resposta e consequência dada a falta de dados fornecidos pelas participantes.

Quadro 1 – Análise de contingência da resposta do parceiro de agredir a parceira.

(Continua)

	Antecedente	Resposta	Consequência imediata	Categoria da consequência
P1	OM: retorno da parceira da casa da mãe Sd: presença da parceira	Agredir a parceira	R+: Permanência da parceira em casa R-: Parceira sai da situação (Toma banho e deita com as filhas)	Resposta passiva
P2	OM: parceira conversava com outros homens enquanto vendia lanches no terminal	Agredir a parceira	P+: Ameaça da parceira de terminar o relacionamento e procurar ajuda da mãe	Resposta de contracontrole não violenta
P3	OM: Parceira em casa junto com os filhos*	Agredir a parceira	R-: Parceira se afasta do parceiro com os filhos	Resposta passiva
P4	OM: Saída da parceira para o centro da cidade Sd: retorno da parceira	Agredir a parceira	R-: Parceira se afasta do parceiro e fica com os filhos	Resposta passiva
P5	Sd: Parceira assistindo TV*	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira R-: Parceira se afasta e abraça o filho	Resposta passiva
P6	Sd: Parceira preparando o jantar*	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira R-: Se afasta do parceiro e se tranca no banheiro	Resposta passiva
P7	OM: Parceira utilizando aplicativo de mensagem no celular	Agredir a parceira	R-: Parceira para de usar o aplicativo R+: Choro da parceira R-: Parceira se afasta do parceiro e fica com o filho	Resposta passiva
P8	OM: Ameaça da parceira de sair de casa	Agredir a parceira	R+: Permanência da parceira em casa.	Resposta passiva

(Continua)

	Antecedente	Resposta	Consequência imediata	Categoria da consequência
P9	OM: Parceira utilizando aplicativo de mensagem no celular	Agredir a parceira	R-: Parceira para de usar o aplicativo R+: Choro da parceira R+: Parceira xinga o parceiro	Respostas passivas Resposta de contracontrole violenta
P10	Sd: Parceira questiona sobre contato no celular do parceiro	Agredir a parceira	P+: Ameaça da parceira de denunciar o parceiro	Resposta de contracontrole não violenta
P11	Sd: Parceira assistindo televisão*	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira	Resposta passiva
P12	Sd: Parceira conversando com vizinhos	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira	Resposta passiva
P13	Conversa da parceira com uma amiga*	Agredir a parceira	Não lembra	
P14	Sd: Parceira utilizando aplicativo de mensagem no celular	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira R+: Parceira xinga o parceiro	Resposta passiva Resposta de contracontrole violenta
P15	Sd: Conversa sobre o desejo da parceira de trabalhar	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira P+: Parceira grita com o parceiro	Resposta passiva Resposta de contracontrole violenta
P16	Sd: Pergunta da parceira sobre mensagens no celular do parceiro	Agredir a parceira	R-: Parceira para de perguntar R+: Choro da parceira	Respostas passivas
P17	Sd: Chegada da parceira em horário diferente do de costume	Agredir a parceira	R+: Parceira se afasta do parceiro e liga para a mãe*	Resposta passiva
P18	Sd: Discussão com o parceiro	Agredir a parceira	P+: Parceira empurra o parceiro	Resposta de contracontrole violenta
P19	OM: Conversa sobre o desejo da parceira de estudar	Agredir a parceira	R-: Parceira para de falar no assunto R+: Choro da parceira	Resposta passiva
P20	Sd: Casal chegou em casa*	Agredir a parceira	P-: Parceira sai da casa P+: Parceira chama o vizinho	Respostas de contracontrole não violenta
P21	Parceira não lembra	Agredir a parceira	Choro da parceira	Resposta passiva

(Conclusão)

	Antecedente	Resposta	Consequência imediata	Categoria da consequência
P22	Sd: Conversa da parceira com colega de trabalho	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira	Resposta passiva
P23	Sd: Conversa sobre o comportamento da parceira com outros homens	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira	Resposta passiva
P24	Sd: Preparando o lanche para ele vender*	Agredir a parceira	P+: Se aproximou do parceiro para dar-lhe tapas	Resposta de contracontrole violenta
P25	Sd: Parceira pintando as unhas*	Agredir a parceira	R+: Parceira se afasta e vai tomar banho	Resposta passiva
P26	Sd: Parceira limpando a casa	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira R-: Parceira se afasta do parceiro e fica com os filhos	Resposta passiva
P27	OM: Discussão na qual discordavam quanto à escola das crianças	Agredir a parceira	R-: Parceira para de falar sobre o assunto R+: Choro da parceira	Resposta passiva
P28	Não lembra	Agredir a parceira	Ameaça da parceira de deixar o parceiro	
P29	Scond: Parceiro com problemas no trabalho Sd: Parceira conversando com vizinhos	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira R-: Parceira se afasta do parceiro e fica com os filhos	Resposta passiva
P30	Sd: discussão sobre desperdício	Agredir a parceira	R+: Choro da parceira P+: Parceira grita com o parceiro	Resposta passiva Resposta de contracontrole violenta

As consequências mais frequentes corresponderam à resposta passivas, conforme aponta a Figura 3.

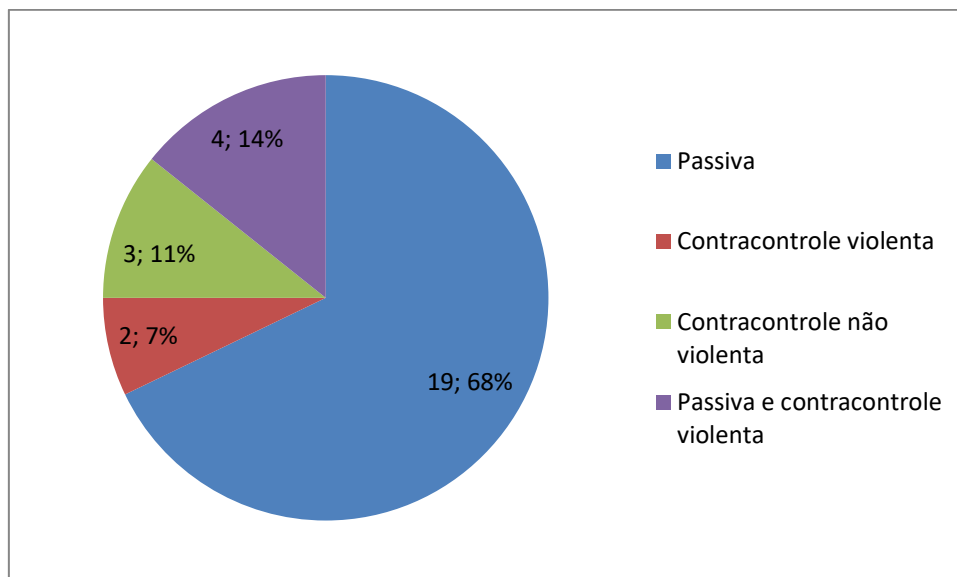


Figura 3 – Frequência e porcentagem da classificação da consequência dada pela parceira ao comportamento agressivo do parceiro.

Quanto aos sentimentos das participantes após o comportamento violento do parceiro, a maioria manifestou sentir raiva e/ou ódio, seguido de medo e tristeza, como mostra a figura 4.

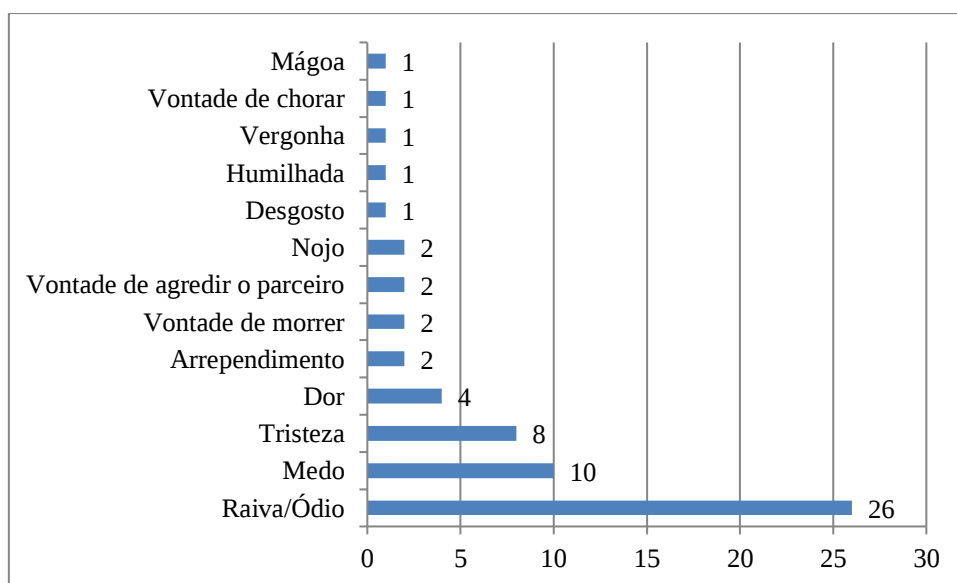


Figura 4 – Frequência dos sentimentos referidos após o episódio de agressão.

Mais da metade das participantes (60%) afirmaram que conseguiam identificar comportamentos do parceiro que indicavam que a violência poderia ocorrer. Os

comportamentos mais citados por elas foram uso de álcool pelo parceiro e quando se comportavam de modo a contrariá-lo.

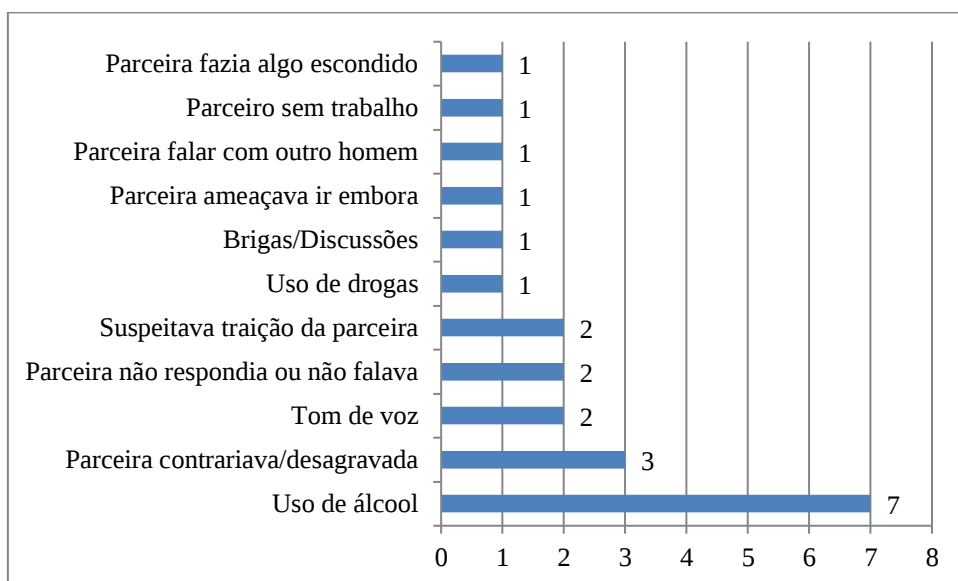


Figura 5 – Frequência das respostas das participantes quanto à comportamentos ou situações que indicavam que iriam sofrer violência.

Sobre a reação das participantes ao notar comportamentos dos parceiros que indicavam futura agressão, a maioria das entrevistadas declarou não fazer nada, enquanto outras evitavam o parceiro ou buscavam não irritá-lo.

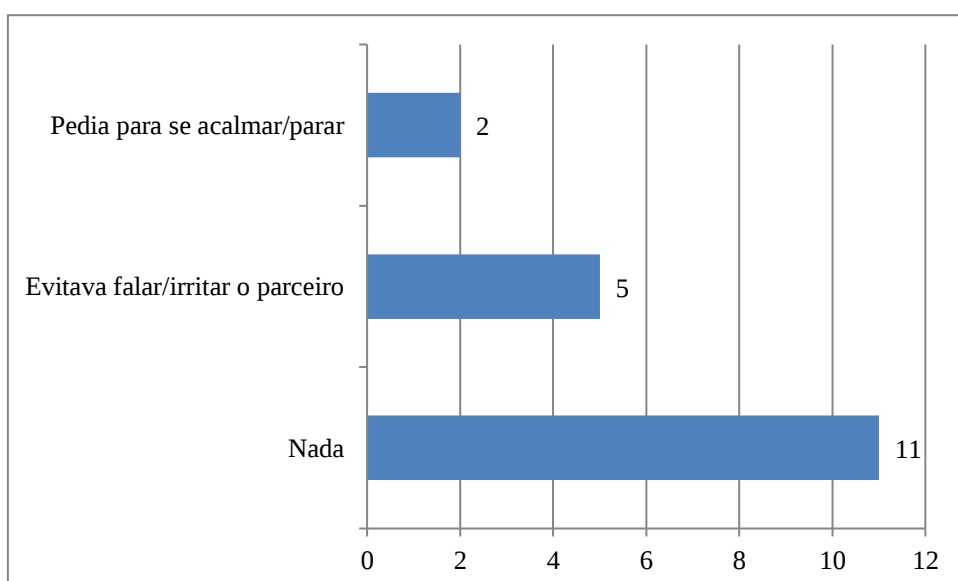


Figura 6 – Frequência das respostas das participantes quanto à reação frente ao comportamento do parceiro que indicavam possível agressão.

5.3.3. Motivos para permanecer com o parceiro

O número de respostas para algumas questões não equivale ao número de participantes, pois estas deram mais de uma resposta para determinadas perguntas. Os resultados obtidos serão apresentados nas tabelas a seguir.

Quanto ao que sentiam pelo parceiro, as participantes deram 64 respostas. A mais frequente foi o sentimento “raiva” (25%) seguido de medo (10%) e pena (9,4%). Outros sentimentos tais como “amor”, “carinho” e “gosta do parceiro” também foram mencionados pelas participantes.

	Frequência	%
Raiva	16	25,0
Medo	10	15,6
Pena	6	9,4
Mudou o sentimento	5	7,8
Gosta do parceiro	5	7,8
Amor	4	6,3
Carinho	4	6,3
Não sabe	2	3,1
Ódio	2	3,1
Mágoa	2	3,1
Desprezo	1	1,6
Rancor	1	1,6
Vontade de matar	1	1,6
Nojo	1	1,6
Nada	1	1,6
Ressentimento	1	1,6
Dívida/gratidão	1	1,6

Tabela 6 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que sentiam pelo parceiro.

Quando questionadas sobre qual era o dever da mulher no relacionamento, as respostas mais frequentes foram de cuidadora da casa (28,2%), dos filhos (23,9%) e do parceiro (15,5%).

Apenas 4,2% das participantes afirmou que os deveres da mulher deveriam ser iguais aos do parceiro.

	Frequência	%
Cuidar da casa	20	28,2
Cuidar dos filhos	17	23,9
Cuidar do marido	11	15,5
Respeitar o parceiro	4	5,6
Deveres iguais	3	4,2
Amar o parceiro	3	4,2
Ser boa esposa	3	4,2
Manter o casamento	2	2,8
Perdoar	1	1,4
Ser leal	1	1,4
Ser carinhosa	1	1,4
Ser atenciosa	1	1,4
Ser fiel	1	1,4
Se cuidar	1	1,4
Trabalhar	1	1,4
Ser submissa se não trabalhar	1	1,4

Tabela 7 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto aos deveres da mulher no relacionamento.

As participantes foram questionadas também sobre os deveres do homem no relacionamento e, para 37,2%, o dever do homem no relacionamento estava associado à responsabilidade financeira. “Cuidar dos filhos” e “respeitar a mulher” foram as respostas de 7,8% das participantes.

(Continua)

	Frequência	%
Responsabilidade financeira	19	37,3
Respeitar a mulher	4	7,8
Cuidar dos filhos	4	7,8
Deveres iguais	4	7,8
Ser carinhoso	3	5,9
Ser bom marido	3	5,9
Ser leal	2	3,9

(Conclusão)

	Frequência	%
Cuidar da mulher	2	3,9
Ser fiel	2	3,9
Amar a parceira	2	3,9
Dialogar	1	2,0
Cuidar da casa	1	2,0
Ser atencioso	1	2,0
Ser romântico	1	2,0
Se cuidar	1	2,0
Compreensivo	1	2,0

Tabela 8 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao dever do parceiro no relacionamento.

Caso saíssem de casa, as participantes responderam que acreditavam que o parceiro ia querer ficar com os filhos frutos do relacionamento (21,9%), iam procurá-las ou tentariam matá-las (15,6%).

(Continua)

	Frequência	%
Ia querer ficar com os filhos	7	21,9
Acha que o parceiro ia procurá-la	5	15,6
Tentaria matar	5	15,6
Não sairia, pois era dona da casa	4	12,5
Já tentou e não teve apoio ou voltou atrás	2	6,3
Ia tentar infernizar a sua vida	2	6,3
Não ia me deixar em paz	2	6,3
Não teria para onde ir	2	6,3
Não sabe	1	3,1

(Conclusão)		
	Frequência	%
Ficaria sem saber o que fazer	1	3,1
Família não a aceitaria	1	3,1
Faria uma loucura	1	3,1
Não ia deixar	1	3,1

Tabela 9 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que pensavam que aconteceria caso elas saíssem de casa.

A maioria das mulheres (70%) afirmou não ter como se sustentar financeiramente, dependendo de ajuda do marido ou da família.

Quanto ao conhecimento e utilização das Políticas para as mulheres, um pouco mais da metade delas disse conhecer as políticas existentes (53,3%) e 40% afirmou que já utilizou pelo menos uma vez.

		Frequência	%
Conhece as Políticas para as mulheres?	Sim	16	53,3
	Sim, a Lei Maria da Penha	10	33,3
	Pouco	2	6,7
	Não	2	6,7
Já as utiliza?	Sim	12	40
	Não	18	60

Tabela 10 – Frequência e percentual das respostas das participantes sobre conhecimento e utilização das políticas para as mulheres.

5.3.4. Isolamento da participante

Quanto ao isolamento, as participantes em sua maioria afirmaram ter pouco contato com familiares, amigos e vizinhos. Os resultados estão dispostos na tabela a seguir.

	Família		Amigos		Vizinhos	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Nunca	3	10	9	30	10	33,3
Pouco	24	80	11	36,7	12	40
Muitas vezes	3	10	10	33,3	8	26,7

Tabela 11 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao contato com familiares, amigos e vizinhos.

Quanto ao conhecimento dos familiares, amigos e vizinhos sobre a violência sofrida pelas participantes, mais de 80% que eles sabem da violência sofrida.

	Frequência	%
Sim/Acha que sim	26	86,6
Não sabe	2	6,7
Não/Acha que não	2	6,7

Tabela 12 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao conhecimento dos familiares, vizinhos e amigos sobre a violência sofrida por elas.

5.3.5. Autoimagem das participantes

A primeira pergunta desse item questionava as qualidades que as participantes observavam em si mesmas. As respostas mais frequentes foram: “boa mãe” (22%), “elogios à própria aparência” (12%) e “ser trabalhadora” (10%). Algumas mulheres não souberam descrever nenhuma qualidade (6%).

	Frequência	%
Boa mãe	11	22,0%
Elogios à própria aparência	6	12,0%
Ser trabalhadora	5	10,0%
Ser boa nas atribuições domésticas	4	8,0%
Não sabe	3	6,0%
Otimista	3	6,0%
Boa esposa	2	4,0%
Divertida	2	4,0%
Sincera	2	4,0%
Fiel a Deus	2	4,0%
Cuidadosa	1	2,0%
Companheira	1	2,0%
Amiga	1	2,0%
Sou legal	1	2,0%
Leal	1	2,0%
Batalhadora	1	2,0%
Corajosa	1	2,0%
Responsável	1	2,0%
Espontânea	1	2,0%
Se coloca no lugar do outro	1	2,0%

Tabela 13 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto às qualidades que observavam nelas mesmas.

Em seguida as mulheres responderam o que gostariam de mudar em si mesmas, e para essa pergunta as respostas mais frequentes envolveram o desejo de ter estudado mais (29%), aspectos da aparência e o desejo de trabalhar, ambos com 22,6%.

	Frequência	%
Ter estudado mais	9	29,0%
Aparência	7	22,6%
Trabalhar	7	22,6%
Nada / Não sabe	3	9,7%
Ser corajosa	2	6,5%
Ser esperta	1	3,2%
Saber escolher melhores parceiros	1	3,2%
Queria ter filhos	1	3,2%

Tabela 14 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que gostariam de mudar nelas mesmas.

Ainda nesse item, foi perguntado às participantes o que o seu parceiro falava a respeito delas. Quase 26% das mulheres responderam que o parceiro fazia críticas à sua aparência ou colocava-lhes apelidos pejorativos. Mais de 22% afirmou que o parceiro não dizia nada a seu respeito ou não souberam informar, enquanto 20% disseram que o parceiro a acusava de procurar outros homens.

(Continua)

	Frequência	%
Críticas à aparência / apelidos pejorativos	9	25,7%
Nada / Não sabe	8	22,9%
Procura outros homens	7	20,0%
Não serve para nada / não faz nada bem	5	14,3%

(Conclusão)		
	Frequência	%
Elogios	3	8,6%
Que não se cuida	1	2,9%
Que quer aparecer / Metida	1	2,9%
Grosseira	1	2,9%

Tabela 15 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto ao que o parceiro dizia a respeito delas.

5.3.6. Outros aspectos sobre o relacionamento e o parceiro

Em relação ao relacionamento, sem considerar os episódios de violência, as participantes afirmaram que o relacionamento era “bom/muito bom” (52,8%), normal (11,1%) e que o parceiro era carinhoso (8,3%).

	Frequência	%
Muito bom/Bom	19	52,8
Era normal	4	11,1
Cuidadoso/carinhoso	3	8,3
Se davam bem	2	5,6
Relação de amor	1	2,8
Romântico	1	2,8
Perfeito	1	2,8
Saiam juntos	1	2,8
Amigável	1	2,8
Gostava de mim	1	2,8
Legal	1	2,8
Nunca foi fácil	1	2,8

Tabela 16 – Frequência e percentual das respostas das participantes sobre o relacionamento, sem considerar os episódios de violência.

As participantes foram questionadas quanto às qualidades do parceiro, e ser “trabalhador” foi apontado por 32,6% da amostra, em seguida ser carinhoso (9,3%), parceiro e amigo (7%). Algumas participantes não souberam descrever qualidades do parceiro.

	Frequência	%
Trabalhador	14	32,6%
Carinhoso	4	9,3%
Parceiro	3	7,0%
Amigo	3	7,0%
Não sei	3	7,0%
Bom pai	2	4,7%
Batalhador	2	4,7%
Divertido	2	4,7%
Fiel	2	4,7%
Determinado	1	2,3%
Elogio à aparência	1	2,3%
Sexo bom	1	2,3%
Honesto	1	2,3%
Inteligente	1	2,3%
Homem bom	1	2,3%
Amoroso	1	2,3%
Preocupado	1	2,3%

Tabela 17 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto às qualidades que observavam no parceiro.

A relação entre pais e filhos foi classificada como boa por 23,8% das participantes enquanto 19% afirmaram que os filhos tinham medo do pai. Quanto à avaliação das participantes sobre como era o parceiro como pai, 31,6% disseram que o parceiro era “ruim/péssimo”, enquanto 26,3% afirmaram que o parceiro era bom pai.

(Continua)

Relação pais e filhos			Avaliação da participante sobre parceiro como pai		
	Frequência	%		Frequência	%
Boa	5	23,8%	Ruim/péssimo	6	31,6%
Filho tem medo do pai	4	19,0%	Bom pai	5	26,3%
Brinca com as crianças	3	14,3%	Poderia ser melhor	4	21,1%

(Conclusão)

Relação pais e filhos			Avaliação da participante sobre parceiro como pai		
	Frequência	%		Frequência	%
Crianças gostam do pai	3	14,3%	Pouco carinhoso/atencioso	2	10,5%
Parceiro não dava muito atenção aos filhos	3	14,3%	Não deixa faltar nada aos filhos	2	10,5%
Se irritava quando choravam	1	4,8%			
Agredia os filhos	1	4,8%			
Gosta dos filhos	1	4,8%			
Pouca relação/interação	1	4,8%			

Tabela 18 – Frequência e percentual das respostas das participantes em relação ao relacionamento entre o parceiro e o(s) filho(s) e a avaliação delas quanto ao papel de pai dos parceiros.

5.3.7. Expectativas quanto ao futuro do relacionamento

Quanto à expectativa com o futuro da relação, 40% das entrevistadas afirmou ter esperança de que o parceiro mude de comportamento enquanto 20% declararam seu desejo de não permanecer no relacionamento.

(Continua)

	Frequência	%
Quer que o parceiro mude/espera mudança	12	40,0%
Não quer continuar o relacionamento	6	20,0%
Pensa nos filhos	5	16,7%
Não sabe	5	16,7%

(Conclusão)		
	Frequência	%
Não quer separar/medo de ficar sozinha	2	6,7%

Tabela 19 – Frequência e percentual das respostas das participantes quanto às expectativas em relação ao futuro do relacionamento.

6 DISCUSSÃO

A partir dos resultados foi possível constatar algumas variáveis envolvidas na manutenção das mulheres no relacionamento violento. Os principais achados serão discutidos na seguinte ordem: histórico de relacionamentos familiares; gravidade da violência contra a mulher; análise das variáveis que contribuem para manter as mulheres no relacionamento.

6.1. Histórico de relacionamentos familiares

Constatou-se que a maioria das mulheres entrevistadas presenciou alguma situação de violência conjugal na própria família e observou que as mulheres permaneceram no relacionamento violento. Assim, é provável que o padrão de resposta passiva observado nas mulheres desta pesquisa pode ter sido instalado por meio de modelação, ou seja, mulheres que seriam referência para as participantes (mãe, irmã, tia, por exemplo), podem ter servido como modelo no aprendizado de comportamentos que pouco ou nada contribuíam para mudança da situação. Corroborando com esse padrão passivo identificado nas mulheres entrevistadas nesta pesquisa, Cardoso (2017) entrevistou 23 mulheres maranhenses que tinham registro no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência – Casa da Mulher (CRAM) e detectou a deficiência em habilidades sociais conjugais dessas mulheres em situação de violência, sobretudo a habilidade de garantir seus direitos e expressar seus sentimentos e pensamentos na relação conjugal.

O comportamento do parceiro de agredir também pode ter se instalado por meio da modelação. Pesquisas demonstram que homens que presenciaram ou sofreram algum tipo de violência no contexto familiar tendem a demonstrar comportamentos agressivos nas relações conjugais (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2014; GARDONO-COSTA; DELL'AGLIO, 2011). Em estudo desenvolvido por Costa (2014) com um grupo de oito homens agressores, foi constatado que presenciar brigas constantes no ambiente familiar foi um elemento determinante para o aprendizado do padrão agressivo dos homens. De acordo com Marques (2005), crianças que observam a violência entre seus pais ou que são abusadas por eles estão mais predispostas a ter casamentos violentos. Isto vale tanto para os maridos que abusam, quanto para as mulheres que são vítimas.

A constante exposição à violência conjugal pode levar a elaboração de regras que contribuem para a manutenção da situação, conforme apontam as pesquisas de Negrão et al.

(2005) e D'Oliveira et al. (2009). De acordo com esses autores presenciar situações de violência no âmbito doméstico de forma reiterada pode levar à crença (ou regra) de que a violência conjugal é algo natural, logo, não há nada que possa ser feito e que, também, não podem buscar apoio da família para sair da situação, corroborando para permanência na relação.

Nessa pesquisa, parece evidente que a maioria das mulheres seguiu o padrão comportamental observado nas mulheres de sua família no que se refere à paralização diante da situação de violência, podendo-se inferir ainda a presença de déficits no repertório de habilidades sociais e também o controle por autorregras tais como “todo relacionamento é violento” ou “meus pais não podem ajudar, pois também viviam ou viveram um relacionamento violento”, contribuindo para permanência das participantes no relacionamento abusivo.

6.2. Gravidade da violência contra a mulher

A partir da Escala para identificação de forma e grau de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo (ALMEIDA, 2013) foi possível observar que houve sobreposição de todas as formas de violência sofrida pelas participantes estando, a maioria, presentes em alto grau nos relatos delas.

Barros e Schraiber (2017), Vieira et al. (2013), Gardoni-Costa, Zucatti e Dell'aglio (2011) já haviam destacado em seus estudos a alta prevalência da sobreposição dessas formas de violência e apontaram que esse é um dos fatores responsáveis pela maior gravidade dos casos e, por conseguinte, maior impacto à saúde das mulheres e aumento na procura pelos serviços de saúde por parte das mesmas. Mais de 50% das mulheres entrevistadas na presente pesquisa afirmaram sofrer todas as formas de violência em alto grau configurando-se, dessa forma, casos extremamente graves.

A exposição constante a eventos aversivos, como a sobreposição das formas de violência, pode ter levado às participantes a reduzirem a frequência dos seus comportamentos frente a novas situações de violência. De acordo com Hunziker (1997) “se a experiência é tão marcante a ponto do indivíduo aprender que os aspectos do ambiente não estão sob seu controle, no futuro ele atuará menos sobre seu ambiente” (p.144). Dessa forma, é possível compreender a permanência das mulheres no relacionamento violento, partindo do pressuposto que quanto mais grave a violência sofrida, menores são as chances de elas emitirem comportamentos compatíveis com rompimento com o ciclo de violência.

A gravidade da violência sofrida pode estar associada também ao desenvolvimento de quadros psiquiátricos nas mulheres. Day et al. (2003), Barufaldi et al. (2017) e Mendonça e Ludermit (2017) apontam as consequências da recorrente violência à saúde da mulher, acarretando até mesmo quadros psiquiátricos, sobretudo a depressão. Algumas características da depressão, como apatia e isolamento social, por exemplo, podem contribuir para permanência das mulheres no relacionamento, tendo em vista que nesse quadro há uma redução na frequência dos comportamentos, sobretudo àqueles que produziriam reforço (HUNZIKER, 1997).

6.3. Análise do que mantêm as mulheres no relacionamento

Partindo da análise de contingência do comportamento do parceiro de agredir a companheira, pode-se inferir, com base na identificação dos eventos antecedentes e consequentes, possíveis explicações para manutenção da resposta do parceiro de agredir as mulheres.

Observando a primeira coluna das análises de contingência, foi possível notar que as participantes da pesquisa não conseguem observar, no comportamento do parceiro ou no próprio, elementos que poderiam indicar uma futura agressão. De acordo com Skinner (1953/2003, p. 119) a importância da identificação desses estímulos discriminativos é justamente “alterar a probabilidade de uma resposta instantaneamente pela apresentação ou remoção do estímulo discriminativo”. O estímulo discriminativo seria, segundo o mesmo autor, ocasiões claras nas quais determinadas ações seriam seguidas por certas consequências, no caso de violência contra a mulher, por exemplo, encontrar a mulher conversando no telefone é condição para agredi-la e obter a cessação desse comportamento. Sendo assim, a identificação dos eventos antecedentes por parte das mulheres em situação de violência seria um importante aliado na busca por estratégias de enfrentamento. Outro problema acarretado pela não identificação dos pré-aversivos se constitui em uma visão de que os comportamentos agressivos do parceiro ocorrem “do nada”, levando a mulher a acreditar que por esse motivo não há nada a ser feito.

Questionadas diretamente sobre comportamentos do parceiro ou situações que indicavam possível agressão, as participantes apontaram alguns pré-aversivos. O uso de álcool, por exemplo, foi o mais frequente, no entanto não apareceu em nenhuma das análises de contingências. Duas hipóteses podem surgir a partir desse dado: 1) o fato da pergunta enfatizar

o que a participante estava fazendo, e não o parceiro, antes de sofrer violência; 2) as participantes podem ter omitido tal dado como forma de esquivar-se de se expor à pesquisadora. Ao observar tais estímulos pré-aversivos, as participantes afirmaram que nada fazem para prevenir uma possível violência ou emitem comportamento de esquivar-se da agressão, não emitindo nenhum comportamento que vise cessar a agressão por completo.

Voltando o olhar para as consequências, e partindo da noção de Skinner (1953/2003) de que as consequências alteram a probabilidade de ocorrência de um comportamento, nota-se uma alta frequência de respostas passivas das participantes, sendo possível inferir que tais respostas tendem a manter os comportamentos do parceiro. Algumas consequências não parecem sequer ter alguma relação com a resposta agressiva do parceiro, como por exemplo “tomar banho” (P1, P25) e “ficar com os filhos” (P1, P3, P4, P5, P6), dando a ideia de contiguidade, ou seja, de que haveria apenas uma relação temporal entre os dois eventos. Tal dado parece sugerir que as mulheres já se acomodaram com a situação e continuam suas atividades de rotina mesmo após o episódio de agressão. Esse padrão de passividade em situações de violência pode ser corroborado pela argumentação de Sidman (1989/2011) ao afirmar que o indivíduo constantemente punido tende a ficar mais quieto e agir o mínimo possível como forma de se manter seguro.

Algumas participantes emitiram respostas de contracontrole agressivas após o comportamento do parceiro, porém essas respostas podem ter o efeito inverso ao esperado, ou seja, ao invés do parceiro cessar ou diminuir as agressões, este pode aumentar a frequência e intensidade das agressões para não perder o controle sobre a parceira.

O fato de não observarem no ambiente relações de contingência que explicam a agressão e, por conseguinte manutenção na relação abusiva, pode estar relacionada a característica das participantes de buscarem explicações internalistas, nos próprios sentimentos que, de acordo com Marques (2005), são frequentemente considerados como responsáveis pela permanência das mulheres nos relacionamentos. Nessa pesquisa, 56,4% das participantes apontaram sentimentos como justificativa para a permanência no relacionamento, por exemplo, medo do parceiro, pena e amor. Tais sentimentos também foram citados nas pesquisas de Silva et al. (2012), Santos e Moré (2011) e Souza e Da Ros (2006). Observou-se ainda algumas respostas com sentimentos antagônicos como amor e raiva (P7, P10, P11 e P19) e outras com sentimentos como raiva, ódio e mágoa (P14, P23, P24, P27, P28). Ambas as situações podem estar relacionadas ao ciclo da violência doméstica que, de acordo com o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos – FNEDH (2006), possui três fases: 1) criação da tensão; 2) o

ato de violência, e 3) fase amorosa ou “lua de mel”. A partir dessa classificação é possível presumir que as mulheres entrevistadas podem ter respondido sobre o que sentem pelo parceiro sob controle dessas fases. Aquelas que responderam sentimentos antagônicos estariam sob controle de eventos das fases dois e três do ciclo da violência, enquanto que aquelas que responderam com sentimentos de raiva, ódio e mágoa poderiam estar sob controle apenas da fase dois, levando em consideração que estas foram entrevistadas em locais onde estavam realizando a denúncia (DEAM) ou protegidas do parceiro (Casa-Abrigo).

Marques (2005) salienta ainda que a presença dos sentimentos citados anteriormente aliados a outros como tristeza, por exemplo, podem contribuir para permanência dessas mulheres em relacionamentos abusivos, tendo em vista o estado psicológico das mesmas. Como já citado na fundamentação teórica, Skinner (1953/2003) aponta que a tentativa de buscar explicações para um comportamento em algo que ocorre internamente no organismo atrapalha a visualização de variáveis que estão envolvidas na relação e que podem ser manipuladas para alterar, nesse caso, a situação de violência. Esse padrão de explicar um comportamento, como o comportamento de permanecer no relacionamento, utilizando sentimentos é amplamente aceito e reforçado pela comunidade verbal. As entrevistadas, ao serem agredidas, não ficaram sob controle do que realmente ocorreu (antecedentes e consequências), justificando a utilização de sentimentos para explicar a permanência no relacionamento, diminuindo as chances de identificarem algo que possam fazer para mudar a situação.

Estando pouco sensíveis às contingências dos episódios de agressão, podemos supor que a manutenção das participantes se dá por controle por regras. Nesse caso, observando o que elas atribuem como deveres de homens e mulheres no relacionamento, foi possível perceber que as entrevistadas, em sua maioria, atribuem à mulher os cuidados com a casa, com os filhos e com o marido, enquanto que ao homem cabe à responsabilidade financeira. Tal dado está de acordo com os encontrados por Marques (2005) que mostra uma visão da mulher como responsável por manter o relacionamento, na medida em que elas são responsáveis pela família.

Além disso, considerando que apenas 27% das mulheres entrevistadas tinham renda, pode-se afirmar que a dependência financeira dessas mulheres contribui para a permanência delas no relacionamento. Pesquisas como Instituto Avon/Ipsos (2011) e DataSenado (2013) demonstraram que a dependência financeira somada à preocupação com a criação dos filhos contribuem para a permanência das mulheres na relação abusiva. Na presente pesquisa 70% das participantes afirmou não possuir meios de se sustentar financeiramente e 63% disseram ter pelo menos um filho com o parceiro agressor. De acordo com pesquisa realizada por Adeodato

et al. (2005), quando a mulher aponta dependência financeira como motivo para permanecer com o parceiro agressor, normalmente vem associado ao fator presença de filhos.

A presença de filhos como mantenedor das mulheres no relacionamento violento ficou ainda mais evidente quando elas descreveram o que achavam que aconteceria caso saíssem de casa. A maioria (21,9%) respondeu que o parceiro tentaria ficar com os filhos. Como grande parte não possuía trabalho e conseqüentemente eram dependentes financeiramente do parceiro, precisariam manter a relação para fornecer o sustento dos filhos. Lima e Silva (2012) afirmam que a ausência de emprego que possibilite o próprio sustento torna a mulher submissa ao homem para manter seus filhos e a si.

A manutenção da relação como esQUIVA de possíveis conseqüências aversivas é uma hipótese levantada neste trabalho. As mulheres pensavam que os parceiros poderiam impedi-las de ficar com os filhos, persegui-las ou ainda tentar matá-las. Uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Avon/Data Popular revelou que 38% das participantes que romperam o relacionamento receberam mensagens e/ou e-mails do parceiro contra a sua vontade; 20% foram perseguidas no trabalho ou em casa e 12% sofreram algum tipo de ameaça do parceiro. O receio de que o parceiro cumpra as ameaças de morte caso a mulher termine o relacionamento está presente no relato de 58% das entrevistadas pelo Instituto Patricia Galvão/Data Popular (2013). A mesma pesquisa revelou ainda que o fim do relacionamento é visto como o momento de maior risco à vida da mulher e 85% das entrevistadas concordou que a mulher que denuncia o parceiro corre mais risco de ser assassinada por ele. Corroborando com esses dados, o Mapa da Violência (2015) apontou o parceiro ou ex parceiro como responsável por 33,2% do total de homicídios de mulheres registrados.

A busca por ajuda institucional, como as delegacias da mulher, e a criação de políticas e leis específicas para as mulheres em situação de violência são alternativas que colaboram para que as mulheres revertam esse quadro. As mulheres entrevistadas nessa pesquisa afirmaram que conhecem as políticas para as mulheres, sobretudo a “Lei Maria da Penha”, porém não fazem uso desses mecanismos com frequência. Uma hipótese é que autorregas como “Se os serviços não são confiáveis, então não adianta denunciar”, “Se a polícia vai desqualificar o meu problema, então melhor não denunciar” podem controlar a resposta das mulheres de manter a situação de agressão sob sigilo (cf. AVON/IPSOS, 2011). A mesma pesquisa revelou ainda que 60% das entrevistadas acreditavam que ao acionarem a “Lei Maria da Penha” o parceiro seria preso, demonstrando uma ideia equivocada sobre a lei. Ao decidirem fazer a denúncia e não

produzir essa consequência pode controlar a respostas dessas mulheres voltarem atrás na denúncia e decidirem permanecer com o agressor.

O isolamento de familiares e amigos pode estar também diretamente relacionado à permanência na relação abusiva. Do total de participantes entrevistadas nessa pesquisa, 80% declarou ter pouco contato com familiares, mais de 65% afirmou falar pouco ou não falar com amigos e vizinhos. Marques (2005) explica que casais isolados tendem a ser mais violentos. Segundo ela a violência pode ser tanto a causa como o efeito do isolamento. Alguns estudos demonstraram que essa variável pode estar relacionada também à manutenção da mulher na relação (GARDONI-COSTA; DELL-AGLIO, 2011; SANTOS; MORÉ, 2011; SOUZA, 2010).

De acordo com Marques (2005) e Santos e Moré (2011), quanto menor for o contato da mulher com familiares e amigos, maior tende a ser a frequência e intensidade da violência sofrida por elas, pois o agressor se sente mais seguro tendo a certeza de que ninguém saberá de sua conduta agressiva (SANTOS; MORÉ, 2011). Além disso, Gardoni-Costa e Dell-Aglio (2009) e Grossi, Tavares e Oliveira (2008) apontaram em seus estudos que mulheres em situação de violência costumam citar o parceiro como única pessoa com quem podiam contar, indicando o alto grau de isolamento social. Na presente pesquisa, algumas participantes (P4, P18, P22, P24, P26, P29, P30) revelaram que seus familiares moravam em outra cidade enquanto outras (P16, P19, P21, P28) afirmaram que o contato com a família não era frequente porque estes eram contra o relacionamento. Sendo assim o parceiro tornou-se a principal referência para elas.

O isolamento das mulheres também pode ser um efeito da violência. Pesquisas realizadas pelo Instituto Patrícia Galvão/Data Popular e DataSenado, ambas de 2013, apontaram a vergonha de familiares e amigos como principal motivo para não denunciar as agressões, dessa forma a mulher permanecer no relacionamento pode ser uma esQUIVA de se expor para familiares e amigos. Algumas participantes relataram que estavam conversando com amigos, pessoalmente ou por celular, antes de sofrerem violência. Nesse caso é possível inferir que o isolamento, que já era presente, pode acentuar-se com o tempo na medida em que essas mulheres poderiam evitar contato com amigos dessa vez para tentar se esquivar da violência perpetrada pelo parceiro.

Embora as dificuldades elencadas anteriormente contribuam para o silêncio das mulheres a respeito da violência, algumas pesquisas demonstraram que elas buscam familiares e amigos para conversar e solucionar o problema (SILVA et al., 2012; DATASENADO, 2013). Na presente pesquisa apenas duas participantes (P1 e P2) informaram durante a coleta de dados

que buscaram ajuda de familiares e amigos para tentar romper o relacionamento com o parceiro, porém não encontraram apoio.

Também foi identificado entre as participantes que mais de 80% delas acredita que sua rede de relações sabe sobre a violência que sofrem, podendo-se inferir que pouco ou nada fazem para interferir na mudança da situação. Supõe-se que isto se dá devido às regras sociais fortemente instaladas como “briga de marido e mulher não se deve meter a colher”, por exemplo. Gomes e Costa (2014), em estudo já citado na fundamentação deste trabalho, buscaram verificar a concordância dos universitários e não universitários às regras que se relacionam a violência contra a mulher tais como a citada anteriormente e outras como “roupa suja se lava em casa” e “se a mulher apanhou alguma coisa ela fez para merecer”. Os resultados apontaram maior concordância dos participantes não universitários com as frases contidas na pesquisa, bem como a maioria dos participantes afirmou conhecer alguém que concordava com tais afirmativas. Isso demonstra que tais regras, embora antigas, ainda controlam o comportamento de homens e mulheres ao julgarem relacionamentos conjugais, sejam os seus próprios ou de alguém que peça a ajuda para sair de tal situação. Outra hipótese corresponde ao histórico de violência das pessoas com quem as mulheres buscam como apoio. Como descrito anteriormente muitas mães de mulheres que hoje sofrem violência já foram vítimas de seus parceiros, por esse motivo naturalizam a situação quando ocorre com as suas filhas. Há ainda o mito de que “as mulheres apanham porque gostam ou porque provocam” e que “se a situação fosse grave as vítimas abandonariam logo os agressores” (FNEDH, 2006). Acreditar em tais mitos pode cooperar para que familiares e amigos das mulheres em situação de violência nada façam para ajudá-las a sair do relacionamento.

Entre as entrevistadas, a maioria descreveu que a sua qualidade era ser “boa mãe” (22%). Considerando que muitas delas também apontaram a presença de filhos no relacionamento como justificativa para permanecer no relacionamento, fica o questionamento, será esse o comportamento de uma “boa mãe”? Levanta-se a hipótese que o fato de observarem apenas essa qualidade em si mesma pode controlar o comportamento da mulher de permanecer com o parceiro, tendo em vista que ela pode se imaginar perdendo tal qualidade caso abandone o lar.

Quanto ao que gostariam de mudar em si mesmas, a maior parte afirmou que gostaria de ter estudado mais ou estar inserida no mercado de trabalho. O fato de mais da metade das mulheres não possuírem trabalho formal e declararem não possuir meios de se sustentar financeiramente pode justificar o interesse dessas mulheres em mudar tal característica, como uma possibilidade de romper com ciclo da violência.

A maioria das entrevistadas (26%) afirmou que seu parceiro fazia comentários pejorativos ou críticas à sua aparência, e 20% ouviam acusações sobre relacionamento extraconjugal. A violência psicológica, sofrida em alto grau pela maioria das participantes desse estudo, tem como característica o dano causado à autoestima das mulheres (BRASIL, 2006). Guilhardi (2002) descreve que a pessoa com boa autoestima desenvolve o autoreconhecimento, ou seja, discrimina que é capaz de emitir comportamentos e de produzir consequências reforçadoras para si mesma, sendo assim, “livre do outro para produzir o que é bom para ela” (GUILHARDI, 2002, p. 72). A partir disso pode-se inferir que os resultados obtidos neste estudo corroboram com os resultados de diversas pesquisas que apontam a baixa autoestima como um dos motivos que colaboram para permanência da mulher no relacionamento (NETTO et al., 2017; FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012), uma vez que estas não discriminam que podem comportar-se de maneira diferente e obter reforçadores.

Outra hipótese relacionada à permanência das entrevistadas no relacionamento violento corresponde às características positivas que observam no parceiro, como por exemplo, ser trabalhador e ter um bom relacionamento com os filhos. De acordo Santos e Moré (2011) características como as apontadas pelas participantes tendem a aparecer como justificativas para amenizar os comportamentos agressivos do parceiro, contribuindo diretamente para essa permanência.

Aliado a isso, a maioria das mulheres (76,7%) declarou ter tido apenas um ou dois relacionamentos além do atual. Pode-se inferir a partir desse dado que as participantes teriam receio de deixar um parceiro que possui características positivas como as descritas anteriormente, além de serem pais de seus filhos, e ficarem sozinhas. A dependência emocional e o medo de ficar sozinha são apontados em alguns estudos como motivos para a mulher não conseguir romper o ciclo da violência (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; DATA POPULAR, 2013).

Embora o alto grau das formas de violência sofrida pelas entrevistadas, apenas 20% delas afirmou não ter interesse em manter a relação. Por outro lado, 40% das mulheres espera uma mudança de comportamento do parceiro. Tal expectativa pode estar relacionada ao fato do parceiro, em algum momento, ter apresentado comportamentos amorosos esperados pela participante. Um dado obtido nessa pesquisa que corrobora essa visão é o fato de mais da metade das entrevistadas (52,8%) considerarem o relacionamento bom ou muito bom, quando não era levado em conta os episódios de violência.

Conforme descreve o “ciclo da violência”, após o comportamento violento costuma ocorrer à fase de “lua-de-mel”, quando o parceiro volta a apresentar comportamentos que demonstram interesse pela parceira e em manter o relacionamento. O caráter intermitente torna ainda mais difícil o rompimento desse ciclo, uma vez que, segundo Skinner (1953/2003) o comportamento mantido por reforço intermitente tende a ser mais estável e mais resistente à extinção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados que apontam o frequente retorno das mulheres para a convivência com seus parceiros agressores, buscou-se, através desta pesquisa, identificar as variáveis envolvidas na manutenção das mulheres em um relacionamento violento, utilizando, para isso, a escala para identificação de forma e grau de violência contra a mulher e um roteiro de entrevista com questões abertas que envolviam os objetivos a serem alcançados com o trabalho.

Os resultados demonstraram que a manutenção das participantes no relacionamento não se deu por um motivo isolado, mas sim por um conjunto de variáveis, como por exemplo, presença de filho no relacionamento, ausência de atividade remunerada, ausência de rede de apoio, entre outros.

Por meio do roteiro de entrevista foi possível identificar que o padrão passivo diante da violência sofrida pode ter sido instalado no repertório das participantes por meio de modelação, à medida que observaram as mulheres de suas famílias sofrendo agressão e permanecendo com seus parceiros. Aliado a essa aprendizagem há ainda um forte controle por regras sociais, principalmente no que diz respeito aos papéis de homens e mulheres no relacionamento, que colocam a mulher como responsáveis pela família e manutenção desta e o homem como provedor, dado que ficou claro no relato das entrevistadas.

Autorregras podem ter sido formuladas pelas participantes a partir das suas experiências e podem controlar a manutenção das mesmas na relação abusiva. O fato de terem presenciado violência em seus lares de origem também pode ter contribuído para formulação da autorregra “que em todo relacionamento há violência” logo é esperado que no dela também ocorresse. A associação entre a baixa autoestima causada pela violência psicológica, poucos relacionamentos anteriores e a identificação de qualidades no parceiro que amenizavam o problema cooperaram para ideia de que ao deixarem o parceiro poderiam ficar sozinhas ou não achariam outro com as mesmas qualidades.

A escala para identificação de forma e grau de violência mostrou que as participantes sofriam todas as formas de violência em médio ou alto grau. A constante exposição a esses eventos aversivos também é uma variável a considerar quando se fala na manutenção das mulheres no relacionamento, tendo em vista que diminui a frequência de comportamentos diante dos novos episódios de violência. O alto grau de violência também está associado ao aparecimento de quadros psiquiátricos que dificultam a saída das mulheres do relacionamento.

Ao analisar as respostas das participantes para a operacionalização do último episódio de violência (o que ocorreu antes e após a agressão), notou-se que as mulheres não identificavam os antecedentes que poderiam indicar uma futura agressão e, mesmo quando identificavam, nada faziam para evita-lo. Já as consequências apontaram a maioria de respostas passivas das mulheres, que mantem o padrão agressivo do parceiro ou ainda respostas contíguas, que não pareciam ter relação alguma com o episódio de agressão, demonstrando conformidade com a situação.

Os sentimentos também foram apontados por elas como causa para permanência na relação, confirmando o que foi identificado nas relações de contingências, que elas estão sob controle de eventos psicológicos, justificando a dificuldade em encontrar formas de romper com o ciclo da violência.

Foi possível notar que o reforço negativo é o principal mantenedor das mulheres entrevistadas no relacionamento. Elas permanecem na relação para esquivar-se das dificuldades financeiras, da perda do contato ou guarda dos filhos, de serem perseguidas e/ou mortas e da exposição da situação para seus familiares e amigos. Esta última acaba acarretando em um maior isolamento da vítima, tornando-se mais uma variável para permanência da mulher na relação.

O caráter intermitente do ciclo da violência também foi uma variável identificada nesta pesquisa como mantenedora da mulher na relação. A fase de “lua-de-mel”, quando o parceiro apresenta comportamentos esperados pelas participantes, que ocorre após as agressões, fortalece a expectativa da mulher de que o parceiro pode mudar o comportamento e voltar a ser um companheiro não violento.

Em conjunto, todos os dados obtidos evidenciam a complexidade do fenômeno estudado e a importância de utilizar teorias psicológicas que tratem a violência contra a mulher como um problema histórico, cultural e relacional, tal como faz a Análise do Comportamento.

Embora os objetivos desta pesquisa tenham sido alcançados, algumas limitações foram observadas ao longo do seu desenvolvimento, sobretudo durante a coleta de dados. O número de mulheres que participaram da coleta, bem como local (DEAM) e a quantidade de perguntas contidas no roteiro de entrevista configuraram-se como limitações identificadas. Por se tratar de um assunto considerado tabu pela sociedade e que a maioria das mulheres vítimas não falam a respeito da violência que sofrem, o número de participantes não correspondeu ao esperado pela pesquisadora. A DEAM, um dos locais de coleta, teve influência direta na quantidade de mulheres selecionadas para pesquisa, embora o fluxo de atendimento fosse alto, o fato de não possuir um local isolado para coleta parece ter inibido algumas mulheres de participar, estas demonstraram estar desconfortáveis em responder as perguntas na presença de outras pessoas além da pesquisadora.

A quantidade de perguntas do roteiro de entrevista dificultou a conclusão de algumas coletas, as mulheres interrompiam a participação ao serem chamadas para o atendimento e muitas não retomavam quando eram liberadas. O número de perguntas também contribuiu para

respostas mais curtas e diretas das entrevistadas o que acarretou no empobrecimento de algumas análises.

Como continuidade ao trabalho iniciado, sugere-se a investigação junto aos parceiros agressores sobre o que mantêm o padrão agressivo e como estes compreendem a permanência das parceiras no relacionamento. Tal dado aliado aos obtidos neste estudo podem contribuir para elaboração de um trabalho junto a esses casais que ensine novos padrões de comportamento no relacionamento.

Os resultados do trabalho mostraram o quanto as mulheres entrevistadas têm dificuldades em observar o ambiente e exercer algum controle de maneira a beneficiá-las. Novas pesquisas podem se aprofundar no conhecimento do repertório das mulheres em situação de violência e buscar formas de ensiná-las a identificarem as situações que indicam futuras agressões bem como a responder às agressões sofridas de maneira a reduzir a frequência e cessar.

Levando em consideração a influência do modelo familiar e do histórico de violência sobre as participantes deste estudo, cabe refletir sobre a necessidade de um trabalho junto aos filhos e filhas dessas mulheres com o intuito de prevenir a perpetuação do ciclo da violência. Em caráter preventivo, seria importante discutir com os jovens a influência das regras sociais e buscar formular novas regras e padrões de relacionamento que não estabeleçam uma relação de poder do homem sobre a mulher. O ensino de habilidades sociais conjugais aos jovens também poderia favorecer a diminuição de relacionamentos abusivos a médio e longo prazo. Outros estudos relevantes podem buscar compreender a relação entre assertividade, autoestima e violência contra a mulher, bem como a incidência de quadros psiquiátricos em mulheres que sofreram agressão por seus parceiros.

Por fim, foi possível notar que cada participante permanece no relacionamento sob controle de mais de uma variável que atuam ao mesmo tempo. Dessa forma para que a mulher rompa com o ciclo da violência é necessário muito mais do que somente leis que punam o agressor, mas sim um olhar individualizado que identifique as variáveis que estão controlando a permanência (ausência de emprego, ausência de rede de apoio, ameaças de morte, etc.) e atue sobre elas.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, V.G. et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102005000100014&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 21 out. 2017.

ALMEIDA, T. C. C. **Violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo**: validação psicométrica de um instrumento. 86f. Monografia (Graduação) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

ANDERY, M. A. P. A.; SÉRIO, T. M. A. P. A violência urbana: aplica-se à análise da coerção? In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. Santo André, SP: ESETec, v. 1, 2001.

BARROS, C. R. dos S.; SCHRAIBER, L. B. Violência por parceiro íntimo no relato de mulheres e de homens usuários de unidades básicas. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 7, fev. 2017.

BARUFALDI, L. A. et al. Comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2929-2838. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2929.pdf> > Acesso em: 8 nov. 2017.

BECKERT, M. E. Qualidade de vida: prevenção à depressão. Contribuições da análise do comportamento para uma vida emocionalmente mais saudável. In: **Comportamento humano: tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2002.

BELL, M. K.; NAUGLE, A. E. Understanding stay/leave decisions in violent relationships: a behavior analytic approach. **Behavior and Social Issues**, n. 14, p. 21-45, 2005.

BRASIL. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher**, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

BRASIL. Lei n 10.683, de 28 de maio de 2003. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>. Acesso em 09 jan. 2016.

BRASIL. Lei n 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 09 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanço 2014 – Ligue 180**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: < http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf > Acesso em: 16 jun. 2016.

CARDOSO, B. L. A. **Habilidades sociais e satisfação conjugal de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo**. 52f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Tradução D. das G. de Souza. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

COSTA, C. A. **Violência contra a mulher: estudo preliminar a partir da perspectiva do agressor**. 84f. Monografia (Graduação) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

CRAVENS, J. D.; WHITING, J. B.; AAMAR, R. O. Why i stayed/left: an analysis of voices of intimate partner violence on social media. **Contemporary Family Therapy**, v. 37, p. 372-385, 2015.

D'OLIVEIRA, A. F. P.L. et al. Fatores associados a violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Rev. de Saúde Pública**, v. 43, n. 2, p. 299-310, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n2/7172.pdf>> Acesso em: 13 out. 2017.

DATASENADO, Secretaria de Transparência (2013). **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Senado Federal: Distrito Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2016.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. Psiquiatria**, v. 25, n. 1, p. 9-21, 2003.

DEVRIES, K. M. et al. Violência por parceiro íntimo durante a gravidez: análise dos dados de prevalência em 19 países. **Questões de Saúde Reprodutiva**, v.5, n.1, p. 110-124, 2011.

ESTRELLADO, A. F.; LOH, J. M. I. Factors associated with battered filipino women's decision to stay in or leave an abusive relationship. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 29, p. 575-592, 2014.

FONSECA, D. H. da; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>> Acesso em: 9 nov. 2017.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - FNEDH. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://midia.pgr.mpf.gov.br/hotsites/diadamulher/docs/cartilha_violencia_domestica.pdf> Acesso em: 8 nov. 2017.

FRANK, S.; COELHO, E. B. S.; BOING, A. F. Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 27, n. 5, p. 376-381, 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado – 2010**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2016

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos da mulher**: prevenção à violência e ao HIV/Aids, 2011. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cartilha_direitos_mulher.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2015.

GARDONI-COSTA, L. M.; DELL'AGLIO, D. D. Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e *coping*. **Gerais: Revista Institucional de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 151-159, 2009.

GARDONI-COSTA, L. M.; DELL'AGLIO, D. D. Multigeracionalidade e o processo de enfrentamento da violência contra a mulher: estudos de caso. **Salud e Sociedad**, v. 2, n. 1, p. 63-78, 2011.

GARDONI-COSTA, L. M.; ZUCATTI, A. P. N.; DELL'AGLIO, D. D. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 219-227, 2011.

GOMES, H. C. da R.; COSTA, N. Violência contra a mulher: uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade acidental. **Acta Comportamentalia**, v. 22, n. 1, p. 89-100, 2014.

GROSSI, P. K.; TAVARES, F.; OLIVEIRA, S. B. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital**, n. 14, p. 267-280, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/tani/Downloads/120298-164342-1-PB.pdf> Acesso em: 9 nov. 2017.

GUILHARDI, H. J. Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. In: BRANDÃO, M. Z. da S.; CONTE, F. C. de S.; MEZZAROBBA, S. M. B. (Orgs.). **Comportamento humano**: tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor. 1ª ed. Santo André, SP: ESETEC Editores Associados, 2002.

HUNZIKER, M. H. L. O desamparo aprendido e a análise funcional da depressão. In: ZAMIGNANI, D. R. (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos. São Paulo: Arbytes, 1997.

INSTITUTO AVON/IPSOS. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil 2011**. Disponível em: <http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2016.

INSTITUTO AVON; DATAPOPULAR. **Violência contra a mulher: o jovem está ligado**, 2014. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/violencia-contra-a-mulher-o-jovem-esta-ligado/>> Acesso em: 13 out. 2017.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. **Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher**. 2006. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/pesq_ibope_2006.pdf>. Acesso em: 03 abril 2012.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO; DATA POPULAR. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres**. 2013. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf> Acesso em: 21 out. 2017.

JONG, L.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A.C. D. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo , v. 42, n. 4, Dec. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2016.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005.

LIMA, V. L. de A. SILVA, A. F. da. Conhecendo o perfil e o sentimento de mulheres vítimas de violência atendidas na delegacia especializada de atendimento a mulher do município de Belém. **Gênero na Amazônia**, n. 2, 2012.

MARQUES, T. M. **Violência conjugal**: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. 300f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MATOS, M. A. Com o que o behaviorismo radical trabalha? In: In: BANACO, R. A. et al. **Sobre comportamento e cognição**. Santo André, SP: ESETec, v.1, p. 63-74, 2001.

MENANDRO, P. R. M. Comportamento agressivo: problemas de definição. **Psicologia**, v. 4, p. 1-18, 1978.

MENDONÇA, M. F. S. de; LUDERMIR, A. B. Violência por parceiro íntimo e incidência de transtorno mental comum. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 32, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006912>> Acesso em: 8 nov. 2017.

MEYER, S. B. (2003). Análise funcional do comportamento. In: Costa, C. E; Luzia, J. C.; Sant'Anna, H. H. N. **Primeiros passos em Análise do Comportamento e cognição**. Santo André, ESETec, pp. 75-91.

MOURA, L. B. A. et al. Violência contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 6, p. 944-953, 2009.

NACIONES UNIDAS. **Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer**, 1993. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/48/104&referer=http://www.unric.org/pt/actualidade/30978-violencia-contra-mulheres-e-uma-ameaca-a-democracia&Lang=S> Acesso em: 09 jan. 2015

NEGRÃO, T. et al. **Dossiê violência de gênero contra meninas**. Porto Alegre: Rede Nacional Feminista de Saúde, 2005. Disponível em: < http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/317_1915_dossieviolgenmeninas.pdf> Acesso em: 13 out. 2017.

NETTO, L. de A. et al. Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127749356007>> Acesso em: 9 nov. 2017.

OLIVEIRA, J. B. de et al. Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 26, n. 6, p. 494-501, 2009.

PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 267-276, 2014.

REICHENHEIM, M. E. et al. The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 425-437, fev. 2006. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000200020>> Acesso em: 02 fev. 2016.

SANTOS, A. C. W. dos; MOREÍ, C. L. O. O. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 220-235, 2011.

SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

SCHRAIBER, L. B. et al. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 658-666, 2010.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. São Paulo: Editora Livro Pleno, 2011. Publicado originalmente em 1989.

SILVA, R. de A.; ARAÚJO, T. V. B. de; VALONGUEIRO, S., LUDERMIR, A. B. Enfrentamento da violência infligida pelo parceiro íntimo por mulheres em área urbana da região Nordeste do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, p. 1014-1022, 2012.

SINCLAIR, D. Por que a mulher permanece em um relacionamento violento? In: WILLIAMS, L.C.A; MAIA, J.M.D; RIOS, K.S.A. (Orgs.). Aspectos psicológicos da violência: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental. 1.ed. Santo André, SP: ESETEC Editores Associados, 2010. cap. 3. P. 69-83.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Publicado originalmente em 1953.

SKINNER, B. F. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 129-137, 2007. Publicado originalmente em 1981.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Publicado originalmente em 1974.

SKINNER, B. F. **The behavior of organisms**: an experimental analysis. ABC, New York, 1938.

SOUZA, A. A. P. **Violência nas relações íntimas**: uma análise psicossociológica. 177f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível em: < <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7022/1/arquivototal.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2017.

SOUZA, P. A. de; DA ROS, M. A. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista Ciências Humanas**, n. 40, p. 509-527, 2006.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. de A. Sobre o conceito de violência: distinções necessárias. In: WILLIAMS, L. C. de A.; MAIA, J. M. D.; RIOS, K. de S. A. **Aspectos psicológicos da violência**: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental. Santo André: ESETec Editores Associados, 2010.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TODOROV, J. C. A psicologia como o estudo de interações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 23, p. 57-61, 2007. Publicado originalmente em 1989.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. FLACSO Brasil, 2015.

WILLIAMS, L. C. de A. Violência doméstica: o que fazer? In: GUILHARDI, H. et al. **Sobre comportamento e cognição**. Santo André, SP: ESETec, v.7, p. 1-12, 2001.

WILLIAMS, L.C.A; MAIA, J.M.D; RIOS, K.S.A. (Orgs.). **Aspectos psicológicos da violência**: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental. 1.ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2010. cap.4. p. 84-91.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**: summary. Genebra: 2002. Disponível em:
<http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf>
Acesso em: 10 jan. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CNS 466/12

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa “Violência contra mulher praticada por parceiro íntimo: investigação das variáveis que mantêm a mulher em um relacionamento violento”, que tem como objetivo identificar o que mantém as mulheres, vítimas de seus parceiros, em uma relação violenta.

A pesquisa consistirá em dois momentos. No primeiro, você responderá a uma Escala que pretende identificar o tipo e o grau de violência sofrida, composto de 37 afirmativas para marcar. No segundo, você responderá a uma entrevista, conduzida pela pesquisadora, cujo

roteiro contém tópicos que abrangem: identificação, descrição da violência, motivos para permanecer com o agressor, isolamento, autoimagem, histórico dos relacionamentos familiares e futuro do relacionamento. Você participará dos dois momentos individualmente, com ajuda da pesquisadora, em um local onde você possa responder com tranquilidade.

O sigilo do seu nome está garantido, sendo que os resultados finais serão apresentados na forma de dissertação de mestrado, artigos científicos, apresentações em congressos e palestras nos locais onde a pesquisa será realizada. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Ressalta-se ainda que a pesquisa apresenta risco mínimo a você, entretanto, caso você se sinta desconfortável ou incomodada, por qualquer motivo, poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou penalidade. O benefício que esse trabalho poderá trazer para você não é direto e imediato, mas os resultados poderão nos ajudar a investigar o que mantém a mulher no relacionamento violento e, a partir disso, será possível pensar em intervenções que a auxiliem a romper o ciclo da violência. Para isso, a pesquisadora realizará palestras nos locais de coleta de dados, para os profissionais e para mulheres em situação de violência, apresentando os resultados obtidos na pesquisa. Pela participação no estudo não será recebido qualquer valor em dinheiro.

Para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo *e-mail* thaiscarvalho06@gmail.com ou telefone 992060661. Em caso de dúvidas quanto a questões éticas em relação à pesquisa, você poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA (Campus do Bacanga – Prédio CEB Velho, Av. dos Portugueses, s/n, São Luis - MA, CEP: 65085-580) e através do telefone (98)32728708 ou e-mail cepufma@ufma.br.

Se você não tiver interesse ou disponibilidade para participar da pesquisa não sofrerá nenhuma punição. Caso você concorde em colaborar, deverá assinar e rubricar as duas vias deste documento. Uma delas ficará com você e a outra será do pesquisador responsável.

São Luis, ____ de _____ de 20 ____.

Psic. Thaís Cristiny Carvalho Almeida
(Pesquisadora responsável)

(Participante)

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ADAPTADO DE WILLIAMS (2010)

1. Identificação

Cidade/UF:

Idade:

Escolaridade:

Estado Marital:

Duração do estado marital:

Filhos dessa união:

Com quem reside:

Trabalho formal: () Sim () Não. Se sim, onde:

Companheiro possui trabalho formal: () Sim () Não. Se sim, onde:

Quem contribui para renda familiar:

Data e/ou ano da primeira vez que sofreu agressão do parceiro:

2. Operacionalizando a violência (baseado no último episódio de violência)

O que você estava fazendo antes de sofrer violência?

O que você fez imediatamente após sofrer violência?

O que você sentiu após sofrer violência?

Conseguia observar comportamentos do marido que indicassem que ele ia agredi-la?

O que você fez quando observou esses comportamentos?

3. Motivos para permanecer com o agressor

O que sente pelo agressor?
Quais os deveres da mulher no relacionamento?
Quais os deveres do homem no relacionamento?
O que você acha que aconteceria se você saísse de casa?
Tem maneiras de se sustentar financeiramente?
Conhece as políticas para as mulheres?
Já as utiliza?

4. Isolamento da vítima

Com que frequência tem contato com a família?
Com amigos?
E vizinhos?
Eles sabem da violência?

5. Autoimagem

Quais as qualidades que você observa em si própria?
O que gostaria de mudar em você?
O que seu companheiro diz sobre você?

6. Histórico relacionamentos familiares e anteriores

Na família há algum caso de relacionamento violento?
Você presenciou algum episódio de violência na família?
Se sim, como reagiu a mulher na situação?
Quantos relacionamentos você teve antes do atual?
Você lembra de como foram as suas relações com outros parceiros?
Como era o seu relacionamento anterior?
Você lembra o motivo pelo qual a relação acabou? De quem foi a iniciativa do término?

7. Futuro do relacionamento

Fora a violência, como é/era o relacionamento do casal?
Quais as qualidades do marido?
Como é o relacionamento dos filhos com o pai? E do pai com os filhos?
O que você acha do seu marido como pai?
O que você pensa sobre o futuro da relação?

ANEXOS

ANEXO I – Questionário que investiga forma e grau de Violência Contra a Mulher praticada por parceiro íntimo

ESCALA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FORMA E GRAU DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO⁵

Este questionário é formado por frases que descrevem formas de violência contra a mulher, praticadas por namorados, maridos ou companheiros. O objetivo é identificar a forma e o grau de violência praticada pelo companheiro ou ex-companheiro, então **você deverá ler cada uma das frases e marcar no espaço ao lado delas a frequência em que ocorre a situação descrita, de acordo com a legenda.**

Para facilitar o preenchimento do formulário, utilizaremos a legenda abaixo. Responda de acordo com a frequência em que a situação descrita ocorre ou ocorria na sua relação íntimo/afetiva atual ou anterior.

1= Nunca 2= Raramente 3= Algumas vezes 4= Maioria das vezes 5= Sempre

1.	Proíbe que você tenha contato com amigos ou conhecidos.	1	2	3	4	5
2.	Proíbe que você tenha contato com pessoas da sua família.	1	2	3	4	5
3.	Proíbe você de trabalhar.	1	2	3	4	5

⁵ Obtido em Almeida (2013).

4.	Proíbe você de estudar ou de exercer outra atividade de seu interesse.	1	2	3	4	5
5.	Não permite que você saia de casa sozinha.	1	2	3	4	5
6.	Xinga ou grita com você.	1	2	3	4	5
7.	Humilha-a diante de outras pessoas.	1	2	3	4	5
8.	Diz que você tem que aceitar tudo o que ele faz porque não é você quem paga as contas.	1	2	3	4	5
9.	Não permite que você use roupas, acessórios ou maquiagem que ele julga indecentes.	1	2	3	4	5
10.	Fica irritado quando você discorda dos pontos de vista dele.	1	2	3	4	5
11.	Ameaça machucá-la com armas como revólver, faca ou qualquer outro instrumento.	1	2	3	4	5
12.	Faz ameaças de morte a você.	1	2	3	4	5
13.	Durante brigas, diz que você deve sair da casa, pois não tem direito a nada, já que é ele quem trabalha.	1	2	3	4	5
14.	Pega objetos ou documentos seus e diz que não vai devolver.	1	2	3	4	5
15.	Ofende você diante de seus filhos ou outros familiares.	1	2	3	4	5
16.	Quebra ou rasga seus objetos pessoais ou coisas que você comprou.	1	2	3	4	5
17.	Fala mal de você para outras pessoas, como vizinhos e familiares.	1	2	3	4	5
18.	Acusa você de ter roubado dinheiro ou pertences dele.	1	2	3	4	5
19.	Deixa você presa em casa.	1	2	3	4	5
20.	Obriga você a fazer coisas que você considera humilhantes como forma de castigo.	1	2	3	4	5
21.	Puxa o seu cabelo com força.	1	2	3	4	5
22.	Segura você com força a ponto de provocar muita dor ou machucar.	1	2	3	4	5
23.	Empurra você.	1	2	3	4	5
24.	Joga você com força contra a parede, chão ou cama.	1	2	3	4	5
25.	Dá-lhe tapas ou socos.	1	2	3	4	5
26.	Chuta ou arrasta você pelo chão.	1	2	3	4	5
27.	Corta você ou joga objetos em você para machucá-la.	1	2	3	4	5
28.	Sufoca ou estrangula você.	1	2	3	4	5
29.	Usa revólver, faca ou outro tipo de arma contra você.	1	2	3	4	5
30.	Obriga você a fazer sexo de qualquer maneira.	1	2	3	4	5
31.	Você faz sexo com o seu parceiro por medo da reação dele caso você diga ou demonstre que não quer.	1	2	3	4	5
32.	Durante o sexo, obriga você a fazer posições e práticas sexuais que você considera humilhantes ou de que você não gosta.	1	2	3	4	5
33.	Continua a prática sexual mesmo após você pedir que ele pare.	1	2	3	4	5
34.	Bate ou machuca você durante o sexo contra a sua vontade.	1	2	3	4	5
35.	Obriga ou ameaça você através de palavras a fazer sexo com ele.	1	2	3	4	5
36.	Obriga você, usando de força física, a fazer sexo com ele quando você não quer.	1	2	3	4	5

